



14 DE OUTUBRO DE 2015

Quarta-feira

- VW PLANEJA CORTAR € 3 BI EM COMPRAS DE FORNECEDORES, DIZ JORNAL
- VW CORTA € 1 BI POR ANO DE INVESTIMENTO
- FORD TURBINA PÓS-VENDA DA LINHA COMERCIAL
- BIONDO ACUMULA FUNÇÕES NA PSA PEUGEOT CITROËN
- CEVA ANUNCIA NOVOS DIRIGENTES PARA AMÉRICA DO SUL
- FIAT RESGATA O NOME TIPO PARA NOVO SEDÃ
- WOODBIDGE INVESTE R\$ 16 MILHÕES EM SEXTA FÁBRICA NO BRASIL
- TOYOTA FAZ RECALL GIGANTE POR FALHA DE AIRBAGS
- ANTT DEFINE MEDIDAS PARA VIABILIZAR ISENÇÃO DA COBRANÇA DE EIXO SUSPENSO DE CAMINHÕES
- JURO DO CARTÃO DE CRÉDITO ESTÁ NO MAIOR NÍVEL EM 19 ANOS
- O MEGABLOCO DO PACÍFICO E O BRASIL
- ARTIGO: O ITCMD E OS PLANEJAMENTOS SUCESSÓRIOS
- CERCA DE 13 MIL BANCÁRIOS CRUZAM OS BRAÇOS EM CURITIBA ; AGÊNCIAS SEGUEM FECHADAS
- BANCÁRIOS MANTÊM GREVE E DECIDEM FAZER PROTESTO COM PETROLEIROS
- CSN SALTA 6%, OI AFUNDA 23% E OPERADORA DOS HOTÉIS FASANO DISPARA 15%
- ARTIGO: AMADORISMO
- DEMANDA GLOBAL DE AÇO DEVE TER LEVE ALTA EM 2016, VÊ ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DO SETOR
- WORLDSTEEL CORTA PROJEÇÃO PARA DEMANDA GLOBAL DE AÇO EM 2015
- USINA DE AÇO DA VALE ENTRA NA RETA FINAL DE OBRAS

- PRESIDENTE DA GUINÉ SUSPENDE LEILÃO DE MINA DE MINÉRIO DE FERRO DE SIMANDOU
- COBRE NA LME RECUA APÓS INFLAÇÃO CHINESA GERAR AVERSÃO A RISCO
- ATENÇÃO AOS RELÓGIOS! HORÁRIO DE VERÃO COMEÇA NESTE DOMINGO
- VOLKS SUSPENDE CONTRATO DE TRABALHO DE 150 OPERÁRIOS EM TAUBATÉ, SP
- LG ANUNCIA FÉRIAS COLETIVAS PARA MAIS 573 TRABALHADORES EM TAUBATÉ, SP
- ALTA DO DÓLAR SERÁ NOVO VILÃO DAS CONTAS DE LUZ
- COM DESVALORIZAÇÃO DO REAL, BRASIL PERDE ESPAÇO NO RANKING DA RIQUEZA GLOBAL
- VALE LIDERA LISTA DE MAIORES DEVEDORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO
- PROJETOS CHINESES, COMO FERROVIA NO BRASIL, PROMETEM TRANSFORMAR O TRANSPORTE NA AMÉRICA LATINA
- O MINÉRIO DIVIDIDO: FLAVIO MALUF ABORDA OS RECENTES FATOS DA ALCOA
- VALE, ARCELOR E SAMARCO DEVEM COMPENSAR E REPARAR, IMEDIATAMENTE, DANOS AMBIENTAIS E COLETIVOS
- EMPRESÁRIOS DEVEM ESTAR ATENTOS AO SIMPLES NACIONAL
- CARROS DA VOLKS TERÃO NOVO SISTEMA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO
- RIO TINTO NÃO TEM INTERESSE EM FAZER PROPOSTA PELA GLENCORE
- FERRO RECUA NA CHINA COM FRAQUEZA DO MERCADO DO AÇO
- JAPÃO PIORA AVALIAÇÃO ECONÔMICA COM FRAQUEZA DA INDÚSTRIA
- SHOPPING VALE DO AÇO INAUGURA EXPANSÃO
- BLOCO K - AJUSTE SINIEF Nº 8/2015 – PRAZOS DIFERENCIADOS DE ENTREGA POR ATIVIDADE E FATURAMENTO
- CRESCEM ACORDOS QUE CORTAM SALÁRIO E JORNADA PARA MANTER EMPREGOS

CÂMBIO EM 14/10/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,836	3,837
Euro	4,387	4,388

Fonte: BACEN

VW planeja cortar € 3 bi em compras de fornecedores, diz jornal

14/10/2015 – Fonte: Automotive Business

O Grupo Volkswagen quer cortar € 3 bilhões em preços dos fornecedores, segundo reportagem do jornal alemão Handelsblatt. A medida faria parte de um plano mais amplo de redução de custos da companhia, incluindo compras, patrocínios e ações de marketing, para ajudar a mitigar prejuízos estimados em € 40 bilhões, relativos aos gastos com indenizações, multas e possíveis correções que podem ocorrer devido ao escândalo de fraude no controle de emissões de poluentes de seus carros diesel, revelado no mês passado e que envolve 11 milhões de veículos de diversas marcas do grupo.

Também está em curso um “programa de eficiência” com cortes em investimentos e desenvolvimento de produtos, como o anunciado na terça-feira, 13, pela divisão Volkswagen.

O grupo deverá enfrentar inúmeros processos em diversos países pela fraude, além de arcar com custos ainda não calculados para corrigir o problema dos veículos já vendidos. Na semana passada a Volkswagen apresentou às autoridades alemãs um plano para consertar os carros diesel com o sistema que engana as medições de emissões de poluentes durante testes de laboratório.

Os reguladores continuam a estudar as propostas apresentadas, que vão desde a atualização do software que fraudava os testes até a adição de novos componentes aos motores.

Também segue a busca aos culpados pela fraude. O comitê do conselho de supervisão incumbido de indicar uma investigação externa esteve reunido na sede da companhia, em Wolfsburg, na terça-feira, 13, mas ainda não divulgou quais medidas serão tomadas.

Para membros do conselho, contudo, a empresa foi lenta demais em identificar o problema e agir contra ele.

Stephan Weil, primeiro ministro do Estado da Baixa Saxônia, acionista da Volkswagen e ele mesmo membro do conselho do grupo, fez duras críticas ao modo como a companhia tratou do assunto.

"A admissão (da fraude) deveria ter vindo à tona muito antes, foi mais um grave erro", disse ele em uma sessão do parlamento estadual na terça-feira, 13. "Quem decidiu esse caminho de ação também é algo que está sendo investigado", completou.

VW corta € 1 bi por ano de investimento

14/10/2015 – Fonte: Automotive Business



Herbert Diess, executivo vindo da BMW que desde julho deste ano assumiu o comando da maior das divisões do Grupo Volkswagen, a que produz os carros que têm a marca do próprio nome da companhia, anunciou a adoção de medidas para acelerar o que chama de "programa de eficiência", que busca economias e melhorias operacionais no total de € 5 bilhões até 2017, para fazer frente aos pesados prejuízos que a empresa vislumbra após o escândalo de fraude no controle de emissões de poluentes de seus carros diesel, revelado no mês passado.

A ordem é cortar custos fixos e reduzir em € 1 bilhão por ano o plano de investimentos destinado a desenvolvimento de modelos, tecnologias e plantas de produção da divisão Volkswagen. Também terá início uma reorientação na estratégia de produtos, com mudança de tecnologia aplicada a automóveis diesel e a ampliação da eletrificação de veículos.

As decisões foram anunciadas na terça-feira, 13, pelo recém-criado conselho de administração da divisão. "A marca Volkswagen está se reposicionando para o futuro. Estamos nos tornando mais eficientes, dando novo foco ao portfólio de produtos e abrindo espaço para novas tecnologias ao acelerar o programa de eficiência", destacou o CEO Diess em nota.

Há quase um ano, em novembro de 2014, o Grupo Volkswagen havia anunciado um programa de investimentos de € 85,6 bilhões para todas as divisões no período 2015-2019.

Ao menos metade dos recursos seriam usados na modernização e expansão das linhas de produtos. Contudo, após o escândalo das emissões dos carros diesel que atinge 11 milhões de veículos das diversas marcas do grupo (5 milhões só da Volkswagen), todas as unidades da companhia terão de fazer cortes profundos em seus gastos.

Após a Volkswagen, é esperado o anúncio de redução de investimentos nas divisões Audi, Porsche, Seat e Skoda, que também estariam trabalhando em "programas de eficiência" parecidos.

A Audi, marca que mais contribui com lucros para o grupo, já trabalhava em um plano para aumentar sua produtividade antes do escândalo.

De acordo com fontes do setor citadas pela imprensa internacional, já no ano passado a empresa planejava cortar € 2 bilhões em custos anuais para compensar gastos com a adoção de novas tecnologias.

É possível que as economias tenham de ser ainda maiores, já que a Audi admitiu que vendeu cerca de 2 milhões de veículos diesel equipados com o mesmo sistema que fraudava os testes de emissões.

DIESEL SÓ COM SCR

Para começar, a Volkswagen promete corrigir seu principal problema: quer equipar os carros diesel vendidos na Europa e América do Norte com sistema de pós-tratamento catalítico dos gases de escape, o sistema SCR, com injeção de solução de ureia (conhecida como AdBlue na Europa e Arla 35 no Brasil) para reduzir as emissões de poluentes.

“Os veículos diesel serão equipados apenas com sistemas de exaustão que usam a melhor tecnologia ambiental”, diz a nota da VW, sem deixar claro, no entanto, se essa é a solução encontrada para sanar os problemas de emissões de poluentes de veículos já vendidos, ou se somente novos modelos vão incorporar o SCR.

Os carros da marca que foram desmascarados em um teste independente de estrada nos Estados Unidos com emissões quase 40 vezes maiores do que as permitidas pela legislação usavam o sistema EGR, de recirculação dos gases de escape, que não atendiam os limites e utilizavam equipamento eletrônico que fraudava as medições em testes de laboratório.

APOSTA NA ELETRIFICAÇÃO

Em contraposição ao fiasco de imagem ambiental trazido pelos carros diesel, como forma de acenar com tecnologias mais limpas para o futuro, a Volkswagen anunciou a ampliação da eletrificação da plataforma multiveículo MQB, sobre a qual podem ser fabricados 43 modelos de automóveis do grupo.

O objetivo é usar a MQB para oferecer mais opções de veículos híbridos plug-in, meio híbridos (mild hybrids) equipados com baterias de 48 volts (têm um pequeno propulsor elétrico para auxiliar nas arrancadas e podem rodar algum tempo em inércia, com o motor desligado), bem como automóveis de grande volume de produção 100% elétricos com autonomia para rodar até 300 quilômetros.

A fabricante também fala em seguir investindo no desenvolvimento de motores a combustão mais eficientes a gasolina, diesel e gás natural.

A Volkswagen promete ainda a criação da plataforma elétrica MEB para uso em futuros carros compactos elétricos de diversas marcas do grupo. O desenvolvimento será feito sobre arquiteturas já existentes de veículos de passageiros e comerciais leves, com objetivo central de lançar modelos com autonomia elétrica de 250 a 500 quilômetros.

No Salão de Frankfurt, setembro passado, o Grupo VW anunciou que lançaria até o fim desta década 20 modelos elétricos e híbridos plug-in, incluindo o primeiro 100% elétrico da Porsche, baseado no conceito Mission E apresentado no evento, além de uma versão comercial do Audi e-tron Quattro.

Seguindo a linha de eletrificação, a Volkswagen informou também que o projeto do Phaeton será totalmente redefinido. A nova geração do sedã de grande porte topo de linha da marca, a ser lançada entre 2019 e 2020, terá propulsão 100% elétrica.

A ideia é utilizar o modelo como exemplo de evolução tecnológica da Volkswagen, com motor elétrico de grande autonomia, além de sistemas avançados de conectividade e assistência ao motorista, com funções como frenagem automática e direção parcialmente

autônoma.

“Reconhecemos que somente poderemos implementar essas inovações para o futuro da Volkswagen se fomos bem-sucedidos com nosso programa de eficiência e em dar novo foco ao portfólio de produtos”, afirmou Diess.

“Junto com meus colegas do conselho de administração e todo o time estamos trabalhando em velocidade máxima nessas questões. A equipe da Volkswagen sempre provou que permanece unida e totalmente focada em construir o futuro, particularmente em tempos difíceis”, completou.

Ford turbina pós-venda da linha comercial

14/10/2015 – Fonte: Automotive Business

A Ford lança no Brasil um programa completo de serviços que combina desde a proteção do veículo e do motorista até suporte técnico nos negócios de transporte. A marca oferece o sistema FordTrac de rastreamento e monitoramento, o plano Ford Service de manutenção, a assistência SOS 24 horas e o suporte técnico Disk Ford.

“O objetivo é apresentar a nova forma de operação da Ford no pós-venda para aumentar a fidelização dos clientes”, afirma o gerente de marketing e vendas da Ford Caminhões, Antônio Baltar.

“Criamos um pacote completo de serviços que traz muito mais rentabilidade e tranquilidade nos negócios, tanto para frotistas grandes, médios e pequenos como para os autônomos.”

Os novos serviços foram desenvolvidos com base na expectativa dos clientes e daquilo que tem maior impacto financeiro na operação da frota. A montadora cita como exemplos gerenciamento logístico, custo fixo com combustível e pneus, desempenho dos motoristas, manutenção preventiva, variação no preço das peças, forma de pagamento, aprovação de crédito, manutenção corretiva e indisponibilidade do caminhão.

O sistema FordTrac garante segurança por ter blindagem eletrônica que inibe a partida do motor. Também faz o monitoramento em tempo real dos dados de condução e desempenho do veículo, com visualização do painel de instrumentos na tela do computador.

Como já está pré-instalado no veículo, ele dispensa a compra de equipamentos adicionais e preserva a garantia de fábrica. Mas é preciso fazer a ativação do serviço.

O Ford Service tem três tipos de plano de manutenção, sempre com trabalhos feitos por mecânicos treinados, usando peças originais.

Já o SOS Ford garante atendimento 24 horas em qualquer lugar do País para reparo do caminhão no local ou reboque até o concessionário mais próximo.

Esse serviço é complementado pelo Disk Ford, em que especialistas tiram as dúvidas do cliente sobre os produtos e serviços.

Biondo acumula funções na PSA Peugeot Citroën

14/10/2015 – Fonte: Automotive Business



Fabrício Biondo, diretor de marketing e produto da PSA Peugeot Citroën América Latina, a partir deste mês passa a acumular mais uma função no grupo: agora também lidera a área de comunicação e relações externas, que foi unificada ao seu departamento.

O executivo vai preencher o cargo até então ocupado desde fevereiro de 2012 por Fernanda Villas-Bôas, que deixou a empresa no início de outubro.

Em comunicado divulgado na terça-feira, 13, a PSA informa que a decisão de integrar as duas áreas foi tomada por Carlos Gomes, presidente para o Brasil e América Latina da PSA, como parte de mudanças estruturais na organização que vem sendo adotadas com o objetivo de tornar a estrutura do grupo mais dinâmica e alinhada com as estratégias para os mercados da região.

“Integrar essas áreas, que já trabalham em sinergia, dará ainda mais consistência a nossas atividades, alavancando nossa eficácia comercial e planejamento estratégico na região. É uma excelente oportunidade a ser explorada pela empresa”, afirma Biondo na nota.

Em sua nova função, o executivo deve tomar a frente das relações institucionais da empresa com órgãos governamentais e entidades associativas, como a representação da PSA junto à Anfavea, a associação dos fabricantes.

Biondo ingressou no Grupo PSA em 2011, vindo da Volkswagen do Brasil, onde era gerente executivo de marketing. Ele é formado em Engenharia de Produção, pós-graduado em Marketing e com cursos na Fundação Getúlio Vargas e na Universidade da Califórnia.

Trabalha há 20 anos no setor automotivo, tendo atuado em grandes empresas nas áreas de vendas e marketing no Brasil e participado de projetos na Argentina e na Alemanha. Nesse período, acumulou experiência em relação com clientes e concessionários, vendas corporativas, marketing e produto.

Ceva anuncia novos dirigentes para América do Sul

14/10/2015 – Fonte: Automotive Business

A Ceva Logistics anuncia novas contratações para suas operações na América do Sul. Telma Dantas assume o cargo de gerente regional de cotações RFIs e RFQs (tender management), sendo responsável pela composição do preço para diversos serviços de freight management da empresa.

Com 14 anos de trajetória nas áreas de comércio exterior, compras e negócios internacionais, além de supply chain, Telma acumulou experiência em empresas como

DHL, Alstom, Giorgio Gori e Lopes VNC. É graduada em Administração de Empresas com ênfase em Comércio Exterior pelo Mackenzie.

Marcio Pires assume como diretor de operações aéreas para a América do Sul. Com 20 anos de experiência no ramo logístico, o executivo acumula passagem nas empresas Uti, Hellman e na própria Ceva, onde trabalhou de 2000 a 2005 como diretor do produto aéreo e marítimo. Tem graduação em Relações Públicas pela Fundação Cásper Líbero. David Cunha segue como diretor de produto aéreo para a região.

A Ceva também aproveita para anunciar a nomeação de Emiliano Marthos para o cargo de gerente da filial freight management São Paulo, sendo responsável por planos estratégicos de condução da filial.

Com 17 anos de experiência do segmento logístico, possui graduação em Administração de Empresas com foco em Comércio Exterior e MBA em Logística Empresarial pela FGV.

Fiat resgata o nome Tipo para novo sedã

14/10/2015 – Fonte: Automotive Business

A Fiat decidiu chamar de Tipo seu novo sedã para mercados emergentes. O carro foi mostrado em maio como Aegea no Salão do Automóvel de Istambul. Na Turquia ele manterá o primeiro nome.

O novo Tipo agora é um sedã médio, com 4,5 metros de comprimento e 2,64 m de distância entre eixos. No passado foi um hatch, lançado na Itália no fim dos anos 1980 e vendido aqui nos anos 1990.

O porta-malas do sedã tem capacidade para 510 litros. Para a Turquia já há dois motores turbodiesel definidos, de 95 e 120 cavalos. A lista de itens de série inclui sensores de estacionamento, câmera de ré, sensor de chuva para o limpador de para-brisa e de luminosidade para acendimento automático dos faróis, mais sistema multimídia com navegador GPS, computador de bordo e volante multifuncional.

O novo carro foi projetado no centro de estilo da Fiat Chrysler na Itália e desenvolvido em conjunto com a Tofas, uma joint venture turca. Há indícios de que o novo Tipo seja produzido na fábrica da FCA em Pernambuco, de onde sai o Jeep Renegade. A unidade também fará a picape Toro.

Woodbridge investe R\$ 16 milhões em sexta fábrica no Brasil

14/10/2015 – Fonte: Automotive Business

O Grupo The WoodBridge ou simplesmente TW abriu as portas de mais uma fábrica no Brasil, a sexta no País e a sétima na América do Sul. Com investimento de R\$ 16,2 milhões, a nova unidade dedicada à produção de espumas para assentos de veículos está instalada em Capivari, cidade a 177 quilômetros da capital paulista.

Para a instalação da nova unidade, a empresa ganhou um terreno de 30 mil m² por meio da Lei de Incentivo Fiscal que já tem 7,5 mil metros quadrados de área construída. A nova planta emprega 134 funcionários.

Inicialmente, atenderá a demanda de assentos automotivos, com a estimativa de fabricar 500 mil pacotes por ano. O planejamento já inclui expansão para fabricar também partes internas de automóveis, como encostos e descansos de braço. A expectativa é que a fábrica gere faturamento de R\$ 60 milhões por ano.

“Estamos felizes em anunciar que a planta de Capivari está pronta para atender às exigências de nossos clientes, sendo um marco que solidifica ainda mais nosso compromisso.

Nossa intenção é transformá-la em um centro de excelência, como uma unidade estado da arte. Além disso, queremos fazer parte da comunidade de Capivari como fazemos nas outras cinco fábricas brasileiras, porque responsabilidade social é um de nossos pilares operacionais”, disse o vice-presidente da Woodbridge da América do Sul, Paulo Farina.

O projeto contou com a ajuda da Investe São Paulo, agência de promoção de investimentos ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo.

Incluindo a TW, a agência soma 29 empreendimentos privados viabilizados em 2015, que somam aporte de R\$ 8,7 bilhões e a criação de 8.771 empregos diretos.

Além de Capivari, a Woodbridge possui fábricas em São Bernardo do Campo e Caçapava, ambas em São Paulo, Betim (MG), Camaçari (BA), e Caxias do Sul (RS), além da unidade de Pilar, em Buenos Aires, na Argentina.

Toyota faz recall gigante por falha de airbags

14/10/2015 – Fonte: Automotive Business

A possibilidade do rompimento inadequado dos airbags levou a Toyota a comunicar dois recalls distintos. No primeiro ela chama proprietários de Hilux e SW4 fabricados entre janeiro de 2006 e outubro de 2011 e de Corolla feitos entre outubro de 2007 e dezembro de 2011. A convocação abrange 384.596 unidades.

A montadora percebeu que pode haver a dispersão de fragmentos de metal da carcaça do deflagrador juntamente com a bolsa durante o disparo. Isso resulta em risco de danos materiais e lesões graves ao motorista e passageiros do veículo em caso de colisão com disparo de airbags. A partir de 19 de outubro de 2015 a Toyota substituirá o deflagrador do airbag do motorista desses carros.

A segunda campanha foi motivada por falha semelhante, mas no airbag do passageiro. Também traz risco de dispersão de fragmentos de metal da carcaça do deflagrador juntamente com a bolsa em caso de disparo do airbag.

Este segundo chamado envolve o sedã Corolla e a perua Fielder, em um total de 40.045 unidades. Esses veículos foram montados, conforme o modelo e versão, entre abril de 2007 e fevereiro de 2008.

O atendimento dos chamados será feito em duas etapas. A primeira começa terça-feira, 13 de outubro de 2015, para a desativação do airbag do passageiro e fixação de etiqueta adesiva no painel do veículo para lembrar o consumidor sobre a desativação temporária do airbag.

A segunda fase começa em 23 de novembro para troca do deflagrador, reativação do airbag do passageiro e remoção da etiqueta de alerta.

Para confirmar o envolvimento em uma ou ambas as campanhas (caso de alguns Corolla) e agendar o atendimento do veículo, os proprietários devem entrar em contato com a rede de concessionárias Toyota. Os endereços e telefones estão disponíveis no site www.toyota.com.br.

Abaixo, a campanha relativa aos airbags do motorista:

Modelo	Data de Fabricação	Versão	Chassis envolvidos	
			Código alfanumérico	Últimos 9 dígitos do chassi
HILUX	27/01/2006 a 14/10/2011	Hilux CD	8AJER32G***	964005365 - 0B4038443
			8AJFR22G***	164506605 - 8B4554421
			8AJFX22G***	506004455 - 006004735
	26/01/2006 a 23/09/2011	Hilux SR	8AJEX32G***	194016192 - 9B4031884
			8AJEZ32G***	461001077 - XA1008009
			8AJFZ22G***	965001843 - 5B5018326
26/01/2006 a 14/10/2011	Hilux SRV	8AJEZ39G***	X62503480 - XB2533007	
		8AJFZ29G***	766016762 - 9B6145340	
SW4	28/01/2009 a 02/03/2011	SW4 SR	8AJZK62G***	095000062 - 9B5001023
	27/01/2006 a 14/10/2011	SW4 SRV	8AJYU59G***	599000006 - 3B9000737
			8AJYZ59G***	563003200 - 7B3056734
COROLLA	24/10/2007 a 28/02/2011	Corolla XLI	9BRBA42E***	X95000540 - 695000521
			9BRBB42E***	495000515 - 5B5158562
			9BRBC41E***	095000509 - 095000509
			9BRBC42E***	X95000502 - 7A5008075
			9BRBU42E***	0B4700005 - 0B4700005
	05/11/2010 a 23/12/2011	Corolla GLI	9BRBA48E***	095000537 - 495000539
			9BRBB48E***	295000505 - 6A5125916
	29/10/2007 a 23/12/2011	Corolla XEI	9BRBD48E***	2A2500003 - 8C2562413
			9BRBU42E***	8B4700009 - 7B4700017
			9BRBU48E***	5B4700010 - 8B4700003
COROLLA	18/01/2011 a 07/12/2011	Corolla XRS	9BRBU48E***	0B4700013 - 3C4720953
	29/10/2007 a 10/02/2011	Corolla SEG	9BRBB48E***	695000507 - 1A5126245
	09/09/2009 a 23/12/2011	Corolla Altis	9BRBD48E***	0A2500002 - 3C2562416

A seguir, o chamado relacionado aos airbags do passageiro:

Modelo	Data de Fabricação	Versão	Chassis envolvidos	
			Código alfanumérico	Últimos 9 dígitos do chassi
COROLLA	02/04/2007 a 12/02/2008	Corolla XLI	9BR53ZE***	C178561585 - C488714546
	01/04/2007 a 16/08/2007	Corolla XEi		C278676479 - C288694560
	02/04/2007 a 13/02/2008	Corolla SEG		C278676480 - C488714491
FIELDER	02/04/2007 a 16/06/2008	Fielder XEi	9BR72ZE***	C278676324 - C488715894
	12/06/2007 a 12/06/2007	Fielder SEG		C288672504 - C288672504

ANTT define medidas para viabilizar isenção da cobrança de eixo suspenso de caminhões

14/10/2015 – Fonte: Reuters

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) definiu medidas técnicas e operacionais por meio das quais as concessionárias de rodovias devem verificar se um veículo de carga está circulando vazio, condição que confere ao motorista isenção da cobrança de pedágio sobre os eixos suspensos conforme a Lei dos Caminhoneiros.

Em resolução publicada nesta quarta-feira no Diário Oficial da União, a ANTT define que a condição de veículo de transporte de carga vazio pode ser verificada de quatro formas: a partir de avaliação visual, de documentação fiscal associada à viagem, do Código Identificador da Operação de Transporte ou do peso bruto total do veículo.

A verificação pode ser feita em cabines específicas de pedágio, postos de pesagem ou por meio de fiscalização pela ANTT ou pela autoridade de trânsito com circunscrição sobre a rodovia.

A resolução da agência determina que cada concessionária de rodovia sob regulação da ANTT deve apresentar em 90 dias proposta operacional para a verificação da condição de vazio dos veículos de transporte de carga. A proposta poderá prever a aplicação de qualquer uma das quatro formas estabelecidas, isoladas ou em conjunto.

O pedágio gratuito por eixo suspenso para veículos de carga vazios está previsto pela lei 13.103, de março deste ano, a chamada Lei dos Caminhoneiros.

Decreto da Presidência publicado em abril definia que, até a implementação de medidas técnicas e operacionais para viabilizar a isenção da cobrança da tarifa, os veículos de carga que passassem por pedágios com um ou mais eixos suspensos seriam considerados vazios, a menos que houvesse fiscalização da condição por uma autoridade.

Em São Paulo, foi mantida a cobrança por decisão da Artesp, agência reguladora do Estado, que definiu que as disposições da lei não se aplicam às rodovias paulistas.

Juro do cartão de crédito está no maior nível em 19 anos

14/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Pela 12ª vez consecutiva, as taxas de juros das operações de crédito voltaram a ser elevadas em setembro. Das seis linhas de crédito pesquisadas pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac) todas foram reajustadas no mês passado e a taxa média de setembro chegou a 7,23%, o maior patamar desde junho de 2009. Já os juros do cartão de crédito atingiram o maior nível de juros dos últimos 19 anos.

De acordo com a Anefac, os juros do cartão de crédito em setembro chegaram a 13,59% ao mês em setembro (361,40% ao ano), o maior patamar desde março de 1996, quando estavam em 14,08% ao mês e 385,86% ao ano.

“É uma espécie de ciclo vicioso. A inadimplência aumenta e os bancos aumentam os juros. Com queda de renda e aumento do desemprego, a inadimplência vai aumentar e os bancos deverão aumentar ainda mais os juros”, explica Miguel Ribeiro de Oliveira, diretor de pesquisas econômicas da Anefac.

Cinco razões para a inflação não cair

No comércio, os juros saltaram de 5,30% ao mês para 5,32% (86,26% ao ano). No cheque especial, a taxa subiu de 10,14% em agosto para 10,24% em setembro (222,16% ao ano).

O juro dos empréstimos nos bancos para a compra de automóveis (CDC) subiu de 2,14% para 2,20% (29,84%).

A taxa dos empréstimos pessoais nos bancos saltou de 4,15% para 4,20% (63,84%), enquanto nas financeiras a taxa cobrada neste tipo de empréstimo foi de 7,72% para 7,80% (146,28% ao ano).

Tendência

Miguel avalia que o movimento de alta de juros para o consumidor deve se manter nos próximos meses. Além do crescimento da inadimplência, que leva os bancos a elevarem os juros para se precaver de possíveis calotes, os índices de inflação mais elevados, aumento de impostos e juros maiores estão reduzindo a renda das famílias.

“O baixo crescimento econômico deve promover o crescimento dos índices de desemprego. O rebaixamento da nota de crédito do país pela agência de classificação de risco Standard & Poor’s (S&P), perdendo o grau de investimento, também está no radar.

Somado a isso, está a elevação da carga tributária para o sistema financeiro no pacote fiscal que subiu a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido(CSLL) de 15% para 20%.

Com isso, cresceu a a cunha fiscal das instituições financeiras que inevitavelmente repassam a alta para as taxas de juros das operações de crédito”, explica Miguel Ribeiro.

Considerando todas as elevações da taxa básica de juros promovidas pelo Banco Central desde março de 2013, a Selic teve uma elevação de sete pontos percentuais de 7,25% ao ano para 14,25% ao ano em setembro.

Neste período a taxa de juros média para pessoa física apresentou, no mesmo período, uma elevação de 43,13 pontos percentuais de 87,97% para 131,10% ao ano até setembro passado.

O megabloco do Pacífico e o Brasil

14/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O acordo de liberalização comercial da orla do Pacífico se insere nos processos de regionalização que se identificam ao chamado “minilateralismo” por oposição ao formato básico do sistema multilateral de comércio, regido pela Organização Mundial de Comércio (OMC).

O regionalismo é uma exceção ao regime do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), pois permite certo grau de discriminação contra terceiros. A redução das tarifas nem constitui seu aspecto mais importante: elas já são muito baixas, ou inexistentes, em vista de acordos já concluídos, como o ITA, que zera tarifas para uma imensa gama de bens tecnológicos.

Se as tarifas não são importantes, por que, então, as dificuldades e as relutâncias expressas pelos legisladores?

O TransPacific Partnership não é um simples acordo de acesso a mercados, mas se estende a áreas que, na linguagem da OMC, figuram como “aspectos comerciais” de temas regulatórios: investimentos, barreiras técnicas, propriedade intelectual, normas fitossanitárias, meio ambiente, regulações laborais, compras governamentais, solução de controvérsias e serviços, como os financeiros, em que se destacam gigantes como os EUA, mas também cidades-Estado como Cingapura ou “enclaves” como Hong Kong.

Uma recomendação de bom senso começaria pela inversão de tudo o que vem sendo feito pelo Brasil nessa área

Quais são os impactos para o Brasil? É evidente que as preferências trocadas entre os membros do TPP tendem a reduzir a penetração de produtos manufaturados brasileiros na região. Outro aspecto é que, mesmo sendo um acordo “regional”, parece claro que o TPP vai influenciar o formato e a abrangência de outros acordos do gênero, além de novos acordos multilaterais.

Com efeito, esse acordo, assim como os demais já existentes ou em negociação – como o “transatlântico”, entre os EUA e a União Europeia –, tendem a conformar o padrão das trocas internacionais no futuro previsível e definem o processo em curso de integração

mundial das cadeias produtivas, das quais o Brasil e seus "sócios" do Mercosul estão em grande medida excluídos.

Depois das decisões tomadas na era Collor – de abertura econômica e de liberalização comercial unilateral –, o país nunca mais experimentou uma redução significativa de barreiras aduaneiras, tendo, ao contrário, aumentado o seu grau ainda elevado de protecionismo comercial (sem mencionar a Argentina, que se excedeu nesse tipo de restrição).

Não estranha que todas as avaliações feitas a propósito do TPP o foram num tom de lamento conformado com o nosso isolamento mundial. Todos se perguntam se o Brasil vai continuar nessa mesma letargia, ou apostando todas as fichas num longínquo acordo multilateral ou num pouco plausível arranjo Mercosul-UE.

O país paga o preço por anos de introversão econômica, de políticas setoriais excessivamente calcadas no mercado interno, da tolerância para com os desvios argentinos em relação ao livre comércio no Mercosul (contra os próprios termos do tratado), além da insistência na chamada diplomacia Sul-Sul.

O Brasil enfrenta hoje os danos provocados pelas políticas comerciais equivocadas dos últimos anos.

O que poderia ser feito, então? Uma recomendação de bom senso começaria pela inversão de tudo o que vem sendo feito nessa área, e por uma opção inequívoca pela abertura comercial e pela integração das empresas brasileiras nas grandes cadeias de integração produtiva ao redor do mundo.

Artigo: O ITCMD e os planejamentos sucessórios

14/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A arrecadação do ITCMD (imposto sobre heranças e doações) teve aumento significativo de 53,8% em São Paulo e 103% no Paraná neste ano, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Isso reflete o esforço da fiscalização dos estados no monitoramento da destinação desses recursos, contando com o auxílio da parceria com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e também a antecipação de planejamentos sucessórios como reação ao projeto de lei que prevê a majoração para até 8% do referido imposto – que passará a valer, se aprovado, a partir do próximo ano fiscal.

O aumento do tributo está sendo sugerido em meio a um pacote de tantas outras medidas adotadas também nos âmbitos municipal e federal para arrecadar recursos para o governo, com vistas a tentar minimizar os efeitos da crise que assola o país, além de cobrir as despesas oriundas dos gastos públicos e os rombos no orçamento de 2016.

A antecipação de alguns efeitos tributários pode resultar em economia significativa

Alguns governos estaduais justificam que, no patamar máximo atual de 8%, já praticado pelo estado de Santa Catarina, a alíquota do ITCMD no Brasil ainda seria uma das menores, comparada com a de outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, a alíquota do imposto em questão chega a 40% e, na França, a 45%.

No Paraná, o projeto de lei prevê o aumento da alíquota atual de 4% para até 8%, a depender da faixa de valor do bem objeto do negócio jurídico, sendo que imóveis a partir de R\$ 375 mil terão a tributação no patamar máximo.

Diante da prioridade de tramitação desse projeto, é possível verificar uma crescente preocupação em antecipar ainda mais um planejamento sucessório, com vistas à doação de bens em vida, aplicando a alíquota reduzida atualmente em vigor.

As bancas de advocacia do país já vêm recomendando, de longa data, a realização de planejamento sucessório como forma de evitar um litígio futuro entre familiares quando há o falecimento do patriarca, e também para planejar a continuidade de empresas familiares, com foco em sua perenidade.

Dentre as formas de planejamento sucessório, as mais comuns são a doação de bens (em vida), móveis ou imóveis, com recolhimento do ITCMD, já no momento da celebração da escritura de compra e venda de imóveis; a doação de quotas de empresas (operacionais ou patrimoniais); ou, ainda, a elaboração de testamento como manifestação da vontade de partilha de bens aos beneficiários e herdeiros.

Em todo caso, é preciso avaliar concretamente a necessidade dos interessados sob a ótica do custo financeiro versus objetivo futuro, para que seja possível colher o melhor resultado prático de cada planejamento.

Nesse sentido, considerando os cenários apresentados pelos governantes, a antecipação de alguns efeitos tributários pode resultar em economia significativa que, em tempos de crise, não pode ser desprezada.

(Renata Barrozo Baglioli, advogada, é especialista em Direito Societário e Processo Civil e possui MBA em Administração de Empresas e Negócios.)

Cerca de 13 mil bancários cruzam os braços em Curitiba ; agências seguem fechadas

14/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Bancários de Curitiba e região se reuniram nesta terça-feira (13) para discutir os rumos da greve, que completa uma semana com agências fechadas e trabalhar para o “fortalecimento e mobilização” da categoria, segundo o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região. A assembleia não teve o caráter deliberativo (não houve votação). Segundo o sindicato, 255 agências bancárias e 11 centros administrativos encontram-se em greve nesta terça-feira – a estimativa é de 12,9 mil bancários de braços cruzados na região, o que corresponde a 70% da categoria.

Também segundo o sindicato, a mobilização avançou em mais cidades da região metropolitana, incluindo Campo Largo, Balsa Nova, Lapa, Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Fazenda Rio Grande e parte de São José dos Pinhais.

Em todo o Paraná, apuração da Fetec-CUT-PR registra 644 agências paradas nas bases de Apucarana, Arapoti, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Curitiba, Guarapuava, Londrina, Paranaíba, Toledo e Umuarama, com aproximadamente 17,9 mil bancários sem trabalhar.

Ainda não há qualquer indicativo do fim da greve. Segundo o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, o comando nacional da paralisação aguarda uma nova proposta dos bancos, representados pela Fenaban, o que ainda não teria ocorrido.

Reivindicações

Os bancários pedem reajuste de 16% nos salários (reposição da inflação mais aumento real de 5,7%), piso salarial no valor de R\$3.299,66 e plano de carreira para todos os funcionários com reajuste anual de 1%.

Além disso, os bancários querem auxílio-refeição, alimentação e creche o valor de R\$ 788 cada e Participação nos Lucros e Resultados de três salários mais R\$ 7.246,82 fixos.

A Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) ofereceu aos trabalhadores um reajuste de 5,5%, mais abono de R\$ 2.500 que não será incorporado ao salário.

Consumidor

Apesar da greve dos bancários, os prazos de vencimento de faturas, boletos bancários e outros tipos de cobrança continuam valendo.

Os consumidores que não querem pagar juros e multa devem usar os caixas eletrônicos ou canais de atendimento pela internet para pagar suas dívidas, orienta o Procon-PR. A mesma dica vale para as pessoas jurídicas.

Para quem não é cliente de nenhuma agência, a alternativa é entrar em contato com o credor e negociar outras formas e lugares alternativos para o pagamento, como Casas Lotéricas e a própria sede da empresa.

De acordo com o Procon-PR, os consumidores devem anotar os números de protocolo de atendimento para que possam reclamar caso o credor não ofereça opções de lugares para quitar a dívida.

O Procon-PR afirma que os canais de autoatendimento devem continuar funcionando normalmente, por isso não é necessário tirar dinheiro imediatamente.

Mas, em greves anteriores, já aconteceram casos isolados de falta de envelopes para depósito e dinheiro em caixas eletrônicos.

Greve dos bancários atinge mais de 11 mil agências em todo o Brasil

No oitavo dia de greve dos bancários, 11.437 locais, entre agências e centros administrativos, não abriram nesta terça.

Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), o movimento se concentrou no fechamento de mais agências. Até sexta, 9, 10.818 locais não operaram. Atualmente, há no país 22.975 agências.

“Até hoje, a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) não nos procurou para iniciarmos novamente uma negociação. A proposta feita pela entidade continua aquela apresentada no dia 25 de setembro”, disse o presidente da Contraf, Roberto von der Osten.

Bancários mantêm greve e decidem fazer protesto com petroleiros

14/10/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Com o impasse nas negociações e sem nova proposta salarial dos bancos, os bancários decidiram manter, por tempo indeterminado, a greve que completou oito dias nesta terça-feira (13).

Em São Paulo, houve recuo na greve se comparada a adesão em número de funcionários. Passou de 52 mil na sexta-feira para 24 mil nesta terça, segundo dados divulgados pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região.

A entidade representa 142 mil trabalhadores. Se a comparação for feita com o número de agências, a paralisação cresceu. Passou de 677 agências na sexta para 851 nesta terça.

Na região de Pinheiros, a reportagem verificou que cartazes com os dizeres "estamos em greve" foram retirados de agências e alguns delas funcionaram normalmente ou parcialmente. Segundo o sindicato, a paralisação avançou nas zonas norte e sul da capital e em Osasco.

Na região leste, o alvo foi a superintendência regional da Caixa, que comanda mais de 68 agências na região e distribui metas, de acordo com a entidade.

MUDANÇA DE FOCO

Ao ser iniciada na semana passada, a greve teve como estratégia paralisar os centros administrativos — locais que concentram maior número de funcionários e realizam atividades que afetam os negócios dos bancos, como operações de câmbio, tecnologia da informação e arrecadação.

Na sexta, o sindicato de São Paulo informou que eram 23 centros afetados; nesta terça, são 5. Nesta semana, parece estar migrando para as agências.

Segundo a Contraf-CUT, confederação que representa os trabalhadores no país, são 11.437 agências paradas em 26 estados e no Distrito Federal. O Brasil tem 23.110 de acordo com o Banco Central.

A Fenaban, federação dos bancos, não divulga adesão ao movimento nem atividades afetadas.

"Estamos parando setores importantes, estratégicos, centenas de agências em segmentos importantes, inclusive alta renda. E vamos continuar", disse Juvandia Moreira, presidente do sindicato.

Segundo Roberto von der Osten, a greve só "cessará diante da apresentação de uma proposta que respeite a categoria"

Em São Paulo, uma assembleia com 600 bancários definiu os rumos da paralisação e a realização de um protesto em conjunto com os petroleiros, que também estão em campanha salarial.

O ato será realizado na sexta-feira (16) na avenida Paulista, com concentração no vão livre do Masp a partir das 15h.

Bancários e petroleiros têm reivindicações comuns nas campanhas deste ano - pedem aumento real para os salários, manutenção dos empregos, são contrários à sobrecarga no trabalho e à terceirização "fraudulenta da mão de obra".

IMPASSE

No dia 25 de setembro, a federação dos bancos ofereceu reajuste de 5,5% mais abono de R\$ 2,5 mil aos bancários. Segundo o sindicato, a proposta é considerada "desrespeitosa" pela categoria.

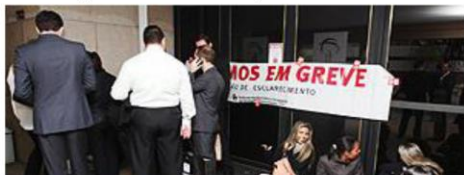
Desde então, as negociações foram interrompidas e nenhuma nova proposta foi apresentada.

Os trabalhadores pedem 16% de reajuste salarial, incluindo reposição da inflação mais 5,7% de aumento real, além de participação nos lucros de salários no valor de três salários mais R\$ 7.246,82 fixos.

O comando nacional dos bancários, formado por dirigentes de diversas regiões do país, vai se reunir nesta quarta-feira, em São Paulo, para avaliar a campanha e definir os próximos passos do movimento.

RAIO-X DA GREVE NO BANCOS

Conheça as reivindicações dos bancários



NÚMERO DE BANCÁRIOS

>>500 mil no Brasil; 142 mil representados pelo sindicato de SP

O QUE QUEREM

>>Reajuste de 16% (5,6% de aumento real)

O QUE OFERECEM OS BANCOS

>>5,5% de reajuste e R\$ 2.500 de abono fixo

REAJUSTE MAIS RECENTE

>>2,02% acima da inflação, em 2014. Entre 2004 e 2014 o aumento real foi de 20,07%

CSN salta 6%, OI afunda 23% e operadora dos hotéis Fasano dispara 15%

14/10/2015 – Fonte: InfoMoney

Apesar de ficar próximo da estabilidade nesta sexta-feira (9), o Ibovespa encerrou a semana com fortes ganhos de 4,91%, aos 49.342 pontos, chegando assim a sua nona alta consecutiva.

Enquanto isso, o dólar registrou sua maior queda semanal desde 2011 e voltou para o nível de R\$ 3,76. Na semana, foram 12 ações subindo mais de 15%, enquanto apenas 6 caíram mais de 5%.

O destaque ficou a CSN, que disparou 41,01% em um rali impulsionado pela expectativa da companhia se desfazer de alguns ativos para conseguir melhorar seu caixa e reduzir sua dívida. Usiminas e Gerdau também ficaram entre as maiores altas dos últimos cinco pregões, com ganhos de 18,04% e 18,55%, respectivamente.

Ainda na ponta positiva, a Rumo também chamou atenção ao subir 42,70%. Nesta sexta a companhia passou por um "block trade", com 20 milhões de ações sendo vendidas. Completando as maiores altas da semana, os papéis da Gol, que subiram 20,22%, tentando se recuperar dos últimos meses negativos pressionados pela piora econômica do País e alta do dólar.

A moeda norte-americana, inclusive, acabou balizando a ponta de baixo do Ibovespa, que teve as companhias de perfil exportador com os piores desempenhos. JBS, Suzano, BRF e Fibria caíram, respectivamente, 10,82%, 11,10%, 6,76% e 5,13%. Para conferir o desempenho das outras ações acesse a ferramenta de altas e baixas do InfoMoney clicando aqui.

Confira abaixo os principais destaques de ações da Bovespa na sessão desta sexta-feira: Petrobras, Vale e siderúrgicas. Enquanto as ações da Petrobras (PETR3, R\$ 10,71, -0,37%; PETR4, R\$ 8,80, +0,57%) perderam força e fecharam entre perdas e ganhos, Vale (VALE3, R\$ 20,79, +3,64%; VALE5, R\$ 16,26, +2,01%) CSN (CSNA3, R\$ 5,33, +6,60%), Usiminas (USIM5, R\$ 3,73, +1,63%) e Gerdau (GGBR4, R\$ 6,71, +0,60%) voltaram a disparar com o "boom" dos preços das commodities lá fora, que ajudou a puxar também os ativos no mercado internacional.

Contribui para o movimento a leitura da Pimco, que prevê o fim das quedas dos preços das commodities. No início da semana, o Morgan Stanley apontava "compra gritante" para emergentes e ações de empresas ligadas a commodities.

No radar das companhias, a Petrobras informou que as revisões no plano de negócios realizada no começo desta semana tiveram como base um dólar a R\$ 3,28 para 2015 e R\$ 3,80 para 2016, ante estimativas de câmbio a R\$ 3,10 e R\$ 3,26, respectivamente.

Até ontem, o dólar médio para 2015 era de R\$ 3,19. Já o preço do petróleo Brent, usado como referência, foi reduzido de US\$ 60,00 par US\$ 54,00 o barril para 2015 e de US\$ 70,00 para US\$ 55,00 o barril em 2016.

Já sobre a Vale, a produtora de alumínio norueguesa Norsk Hydro assinou carta de intenção para comprar da Vale uma fatia de 40% na MRN (Mineração Rio do Norte), líder na produção de bauxita no Brasil. Um eventual acordo elevaria participação da Norsk Hydro na MRN para 45%.

Por fim, a CSN e Usiminas subiram mais de 6% e 8% os preços do aço a seus clientes. Os clientes da CSN já receberam as notas fiscais de suas compras com o aumento de preços computado, que ficou entre 6% a 10%, segundo fontes ouvidas pelo Broadcast. No final, a CSN foi a primeira entre as siderúrgicas a implementar os ajustes.

Segundo fontes, houve uma preocupação de que haveria uma briga por market share. O ajuste da Usiminas entra em vigor amanhã, ainda de acordo com fontes, e ficará em 9%.

Artigo: Amadorismo

14/10/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

A preocupante situação da sociedade brasileira revela, cruamente, a validade do famoso teorema de Thomas: se os homens definem uma situação como real, ela será real em suas consequências. Ele inspirou a ideia da "profecia autorrealizável" e, talvez, a da "profecia autodestrutiva" que estamos vivendo.

Hoje todos estamos inseguros. Os trabalhadores "temem" pela continuidade do seu emprego; os empresários "temem" a falta de demanda e se recusam a investir; o sistema financeiro "teme" a inadimplência dos dois e restringe o crédito, que, praticamente, desapareceu. Esse "temor" generalizado interrompeu o circuito econômico.

Caíram o crescimento do PIB e a receita pública, uma das causas eficientes da rápida deterioração fiscal (a outra é a rigidez institucional das despesas públicas). Comprometeu ainda mais a capacidade de o governo reconquistar a "confiança" dos setores sociais e econômicos, que vêm os seus "temores" reforçados...

É tão simples assim: perdeu-se a confiança no discernimento e na capacidade de ação do Executivo. Essa é a "situação" (não importa se imaginada ou real) que determina a reação de cada cidadão que tira dela a consequência real: um comportamento defensivo cauteloso e infeliz, que torna real a tragédia profetizada.

A presidente Dilma é a mesma pessoa física que no final de 2011 tinha 92% de aprovação (59% de ótimo/ boa mais 33% de regular), ano que, aliás, terminou bastante bem: o PIB cresceu 3,9%; a taxa de inflação foi de 6,5%; o superavit primário foi de 2,5% do PIB e a relação dívida bruta/PIB diminuiu ligeiramente para 51,3%.

Para entender as consequências do teorema de Thomas, lembremos que, no primeiro trimestre de 2013, Dilma atingiu os píncaros: os mesmos 92% de aprovação, mas com

65% de ótimo/ bom e 27% de regular. Ela e os cidadãos definiam a mesma situação geral e esta parecia recomendar a política de mais do mesmo...

Isso revela os perigos que decorreram do teorema de Thomas. Para Dilma, havia um visível autoengano. Para a sociedade, havia a aceitação passiva de medidas bem intencionadas que ignoravam que as consequências viriam depois.

Entretanto, era evidente para qualquer observador relativamente bem informado que o novo ativismo voluntarista iniciado em 2012 iria terminar muito mal, principalmente depois da alquimia de dezembro, que transformou "dívida pública" em "superavit primário"...

Dilma foi reeleita.

Não lhe resta (nem a nós!), outra alternativa que não a de tentar, seriamente, recuperar o seu protagonismo e abandonar o amadorismo político que tem revelado.

Antônio Delfim Netto: ex-ministro da Fazenda (Governos Costa e Silva e Medici) é economista e ex-deputado federal.

Demanda global de aço deve ter leve alta em 2016, vê associação mundial do setor

14/10/2015 – Fonte: R7

A utilização mundial de aço deve voltar a mostrar um leve crescimento em 2016, com o aumento da demanda em mercados desenvolvidos e em países como a Índia compensando a manutenção da fraqueza na China, disse a Associação Mundial do Aço em sua conferência em Chicago nesta segunda-feira.

A entidade prevê que a demanda mundial de aço crescerá 0,7 por cento em 2016 ante o ano anterior, para 1,523 bilhão de toneladas.

Tal resultado virá na esteira de um declínio projetado de 1,7 por cento, para 1,513 bilhão de toneladas, em 2015, disse a associação.

A demanda chinesa de aço deverá cair 3,5 por cento este ano, para 685,9 milhões de toneladas, e mais 2 por cento em 2016, para 672,2 milhões de toneladas.

Autoridades da entidade disseram que esperam manutenção da fraqueza no próximo ano no Brasil e na Rússia, mas que alguns mercados como Índia devem continuar bastante robustos e que países desenvolvidos devem voltar a crescer.

"Combinado com a desaceleração da China, também enfrentamos baixo investimento, as turbulências do mercado financeiro e conflitos geopolíticos em muitas regiões em desenvolvimento", disse Hans Jurgen Kerkhoff, presidente da Federação Alemã de Aço. "Esperamos que os ventos atuais moderem em 2016, mas isso é baseado na crença de que a economia chinesa vai se estabilizar."

Worldsteel corta projeção para demanda global de aço em 2015

14/10/2015 – Fonte: Valor Econômico

A Worldsteel, entidade que reúne as 170 principais fabricantes de aço bruto no mundo e dados de 65 países produtores, piorou suas expectativas para o mercado global em 2015 e 2016, principalmente por causa da desaceleração da economia da China, maior produtor de aço do mundo.

Agora, a Worldsteel trabalha com previsão de queda de 1,7% na demanda em 2015, para 1,513 bilhão de toneladas, frente a estimativa anterior de alta de 0,5%. Para o ano que vem, a associação projeta crescimento de 0,7% no consumo mundial de aço, para 1,523 bilhão de toneladas.

No início deste ano, a previsão era a de expansão de 1,4% em 2016.

Em nota, o presidente do comitê de Economia da Worldsteel, Hans Jürgen Kerkhoff, afirmou que é evidente que a indústria do aço atingiu o fim de um ciclo de crescimento, que foi baseado no desenvolvimento econômico rápido da China.

“Com a desaceleração da China, também enfrentamos baixo investimento, turbulência do mercado financeiro e conflitos geopolíticos em muitas regiões em desenvolvimento. A indústria do aço está, agora, experimentando um período de baixo crescimento, que vai durar o tempo que for necessário até que outras regiões em desenvolvimento tenham tamanho ou força suficientes para produzir outro grande ciclo de crescimento”, avaliou.

Em relação a 2016, acrescentou Kerkhoff, a expectativa de melhora incorpora a premissa de que a economia chinesa vai se estabilizar. “É particularmente preocupante a vulnerabilidade das economias emergentes a choques externos”, acrescentou.

Na China, a Worldsteel espera retração de 3,5% na demanda de aço em 2015 e de 2% em 2016, na esteira de medidas mais contundentes do que o esperado para reequilibrar os mercados imobiliário e de investimentos.

“Há um risco crescente associado a esse arrefecimento econômico e a consequente volatilidade dos mercados financeiros, que se tornou uma preocupação global”, informou a entidade.

Excluindo a China do cálculo, a Worldsteel espera recuo de apenas 0,2% na demanda global de aço em 2015 e expansão de 2,9% no ano que vem. Para os países emergentes e em desenvolvimento, excluindo a China, a expectativa é a de crescimento de 1,7% na demanda de aço bruto em 2015 e de 3,8% em 2016.

“Rússia e Brasil estão enfrentando severa contração no consumo de aço. As tensões geopolíticas e da instabilidade no Oriente Médio, na África e na Ucrânia continuam a ter efeito negativo. Por outro lado, a demanda por aço na Índia e no México deve manter a dinâmica de crescimento”, apontou.

Especificamente no Brasil, a Worldsteel projeta declínio de 12,8% no consumo de aço neste ano, para 22,3 milhões de toneladas, com ligeira recuperação de 0,5% em 2016.

Nas economias desenvolvidas, a demanda de aço deve mostrar contração de 2,1% em 2015 e crescimento de 1,8% no ano que vem.

Usina de aço da Vale entra na reta final de obras

14/10/2015 – Fonte: Valor Econômico

Orçada em US\$ 5,4 bilhões (R\$ 21 bilhões), a Companhia Siderúrgica do Pecém, em São Gonçalo do Amarante (CE), entrou em reta final de construção diante da maior crise internacional da siderurgia.

Joint venture da Vale com as coreanas Dongkuk e Posco, a empresa vai destinar 100% da sua produção para o mercado externo, hoje em nível recorde de superoferta. "Sobrevive quem for competitivo e quem tiver diferencial", diz Sérgio Leite, presidente da CSP.

Com experiência de vinte anos na mineradora Vale, Leite assumiu a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) em março do ano passado. Já foi finalizado 93% do projeto, que é o segundo maior do setor privado em andamento hoje no Brasil - o primeiro é o S11D da Vale, no Carajás. No momento, a obra da CSP está no pico, com quase 14 trabalhadores, dos quais 1.200 coreanos.

A demanda pelo aço da CSP será garantida por uma cláusula de "offtake" do acordo de acionistas, que obriga os três sócios a "retirarem" parte da produção da companhia na mesma proporção de sua fatia societária: Vale (50%), Dongkuk (30%) e Posco (20%). Os destinos finais das placas de aço devem ser Coreia, Estados Unidos e parte da Europa.

Segundo Leite, em um prazo entre três e seis meses, a CSP deve alcançar a sua capacidade produtiva máxima, de três milhões de toneladas de placas de aço/ano. Para o executivo, a chave de competitividade para enfrentar o mercado internacional passa por "escala, qualidade, tecnologia e qualificação da mão de obra".

Encadeando a produção de aço desde o minério do ferro, a CSP é a primeira siderúrgica integrada do Nordeste. Toda a sua tecnologia é da Posco, companhia cujo volume de produção supera hoje toda a produção brasileira.

O fornecimento de minério de ferro será feito exclusivamente pela Vale, que detém participação em outros dois negócios de siderurgia: a ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), no Rio, e a California Steel Industries (CSI), nos Estados Unidos.

Instalada em uma área de 571 hectares na região metropolitana de Fortaleza, a CSP é a primeira empresa operando em um regime de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) e conta com diversos incentivos fiscais previstos em lei. Com faturamento em dólar e custos em real, a empresa se beneficia do atual cenário de câmbio.

A venda em dólar é ainda uma proteção para o financiamento de cerca de US\$ 3 bilhões que a empresa contratou em abril com as agências coreanas KExim e KSure, BNDES, além de sete bancos comerciais, com prazo de vencimento em 12 anos.

"A alta do dólar preocupa o mundo todo. É dado o problema, é nesse mundo que temos que trabalhar agora. A gente tem de saber pilotar nesse cenário", diz o executivo. O restante dos recursos para a obra foram aportados pelos acionistas.

A companhia nasce autossuficiente em energia. Já foi construída uma usina termelétrica com 200 megawatts de potência, dos quais cerca de 30 megawatts de produção excedente, que deverá ser comercializada no mercado.

Segundo Leite, a empresa está em busca de um parceiro tecnológico ou societário para rentabilizar o seu negócio de energia. "Energia é um fator muito sensível, por isso a orientação de otimizar com um parceiro", afirma o executivo.

Segundo Leite, o maior desafio da CSP no curto prazo é sincronizar as diversas frentes da operação. "É complexo. Trata-se da primeira usina desse porte na região, com uma tecnologia de ponta e metade dos trabalhadores fazendo pela sua primeira vez uma carreira em siderurgia", afirma o executivo.

No ano passado, a eclosão de diversas greves de trabalhadores acabou postergando a inauguração da obra, inicialmente prevista para até o fim deste ano.

Para o longo prazo, a empresa considera o plano de construir uma laminadora de aço com foco em atender o mercado regional. "Isso ainda está no plano das ideias", afirma Leite.

Um dos empecilhos da laminadora é o fato da lei de ZPE só permitir que 20% da produção da CSP, que seria a fornecedora de placas de aço, seja destinada ao mercado interno. Quando estiver pronta, a CSP deve empregar cerca de 2.800 pessoas, além de mais 1.200 terceirizados. Do total de funcionários, dois terços são de origem local. "Em cinco anos, a gente prevê que 100% dos funcionários seja local", afirma Leite.

A empresa é empreendimento estruturante no Ceará e deve beneficiar indiretamente 12 mil pessoas na região. Em pleno funcionamento, a CSP irá responder por 42 % do PIB industrial do Estado e 12% do PIB total cearense.

Segundo Leite, estão previstos R\$ 400 milhões/ano em contratos com fornecedores locais. Por conta da CSP, o complexo industrial e portuário do Pecém já atraiu empresas como a White Martins, de fabricação de gases industriais, e a americana Phoenix, de tratamento de resíduos industriais.

Além disso, três fábricas de cimento (dos grupos Votorantim, Apodi e Mizu) estão se instalando no complexo por causa da chegada da siderúrgica. Elas produzirão cimento a partir de escória do processo produtivo de aço da companhia.

Presidente da Guiné suspende leilão de mina de minério de ferro de Simandou

14/10/2015 – Fonte: Reuters

O presidente da Guiné, Alpha Conde, suspendeu um leilão para o direito de desenvolver a metade de Simandou, considerado o maior depósito de minério de ferro inexplorado do mundo, que já está atrasado em relação a um cronograma indicado mais cedo neste ano pelo Ministério de Minas do país.

Falando a jornalistas, Conde não deu motivos para a decisão, embora alguns analistas acreditem que a queda acentuada nos preços do minério de ferro e ações judiciais que envolvem o depósito pode ter reduzido o apetite de investidores para o desenvolvimento.

Conde, que está buscando a reeleição em um pleito nacional que acontecerá no domingo, disse que refletiu sobre a política de mineração da Guiné e decidiu suspender os processos de licitação. Ele não disse quando o leilão poderá acontecer.

A Rio Tinto tem o direito para desenvolver metade do depósito, que pode produzir cerca de 100 milhões de toneladas de minério por ano, mas os direitos da outra metade foram tomados de volta pelo governo no ano passado.

BSGR, a subsidiária de mineração do conglomerado de negócios do bilionário israelita Beny Steinmetz, e a Vale, sua parceira de joint venture, obtiveram os direitos para a segunda parte, mas uma comissão do governo descobriu que a BSGR havia recebido os direitos da administração anterior por meio de corrupção não especificada.

A Vale não foi acusada de infrações. A BSGR rejeitou as acusações do governo da Guiné e apresentou uma solicitação de arbitragem no Centro Internacional para disputas de investimentos (ICSID, na sigla em inglês).

Cobre na LME recua após inflação chinesa gerar aversão a risco

14/10/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

Os futuros de cobre e de alguns outros metais básicos operam em baixa na London Metal Exchange (LME), acompanhando o sentimento negativo em outros mercados financeiros,

após a China publicar dados de inflação mais fracos que o esperado, reforçando preocupações com a desaceleração do gigante asiático.

Por volta das 8h20 (de Brasília), o cobre para três meses negociado na LME caía 0,3%, a US\$ 5.234,00 por tonelada.

Segundo Eugen Weinberg, analista sênior de commodities do Commerzbank, o cobre está em baixa, "mas (a queda) está ligada principalmente à aversão ao risco nos mercados globais".

Os mercados acionários na Ásia e na Europa ficaram pressionados após a China divulgar que sua inflação anual ao consumidor diminuiu para 1,6% em setembro, de 2,0% em agosto.

A China é o maior consumidor mundial de metais básicos, responsável por 45% da demanda global por cobre. Temores com a economia chinesa foram um fator primordial para a fraqueza recente do cobre, que atingiu mínimas em vários anos no final de agosto e em setembro.

Outros metais na LME operavam sem tendência única. Enquanto o alumínio para três meses recuava 0,4%, a US\$ 1.586,00 por tonelada, o zinco subia 0,3%, a US\$ 1.815,00 por tonelada, o níquel tinha leve baixa de 0,1%, a US\$ 10.420,00 por tonelada, o chumbo avançava 0,2%, a US\$ 1.780,00 por tonelada, e o pouco negociado estanho mostrava alta mais expressiva, de 1,8%, a US\$ 15.940,00 por tonelada.

Na Comex, a divisão de metais da bolsa mercantil de Nova York (Nymex), o cobre para dezembro ensaiava uma recuperação e subia 0,27%, a US\$ 2,3940 por libra-peso, às 8h47 (de Brasília). Fonte: Dow Jones Newswires.

Atenção aos relógios! Horário de verão começa neste domingo

14/10/2015 – Fonte: Terra Notícias

No próximo sábado (18), à meia-noite, milhões de brasileiros terão que adiantar os relógios em uma hora. É o início da temporada 2015/2016 do horário de verão nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal.

O principal objetivo da medida é, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a redução da demanda no período de ponta, entre as 18h e as 21h. A estratégia é aproveitar a intensificação da luz natural ao longo do dia durante o verão para reduzir o gasto de energia.

Entre os meses de outubro e fevereiro, os dias têm maior duração em algumas regiões, por causa da posição da Terra em relação ao Sol, e a luminosidade natural pode ser melhor aproveitada.

Segundo dados do Ministério de Minas e Energia (MME), o horário de verão representa uma redução da demanda, em média, de 4% a 5% e poupa o País de sofrer as consequências da sobrecarga na rede durante a estação mais quente do ano, onde o uso de eletricidade para refrigeração, condicionamento de ar e ventilação atinge o pico.

De acordo com o MME, quando a demanda diminui, as empresas que operam o sistema conseguem prestar um serviço melhor ao consumidor, porque as linhas de transmissão ficam menos sobrecarregadas.

Para as hidrelétricas, a água conservada nos reservatórios pode ser importante no caso de uma estiagem futura. Para os consumidores em geral, o combustível ou o carvão mineral que não precisou ser usado nas termelétricas evita ajustes tarifários.

Segundo o ONS, no horário de verão 2014/2015, a redução da demanda no horário de ponta foi cerca de 2.035 megawatts (MW) no subsistema Sudeste/Centro-Oeste, equivalente ao dobro do consumo de Brasília em todo o período em que esteve em vigor. No Subsistema Sul, a redução foi 645 MW, correspondendo a uma economia de 4,5%.

Os ganhos obtidos pela redução do consumo de energia global, que leva em conta todas as horas do dia, foram de cerca de 200 MW médios no Subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o que equivale ao consumo mensal da cidade de Brasília, e 65 MW médios no Subsistema Sul, equivalente ao consumo mensal de Florianópolis.

De acordo com a assessoria de imprensa do ONS, a estimativa de economia para o horário de verão 2015/2016 será divulgada nos próximos dias e não deve ser muito diferente do ano passado.

Atualmente, o horário brasileiro de verão é regulamentado pelo Decreto 8.112, de 30 de setembro de 2013, que revisou o Decreto nº 8.556, de 8 de setembro de 2008. Ele começa sempre no terceiro domingo do mês de outubro e termina no terceiro domingo de fevereiro do ano subsequente, exceto quando coincide com o carnaval, caso em que é postergado para o domingo seguinte.

Volks suspende contrato de trabalho de 150 operários em Taubaté, SP

14/10/2015 – Fonte: G1

A Volkswagen suspendeu, a partir desta terça-feira (13), os contratos de trabalho de 150 trabalhadores na planta em Taubaté, no interior de São Paulo. A medida, chamada de "layoff", vai durar cinco meses e tem como objetivo adequar a produção de veículos à demanda.

Esse grupo de operários colocados em "layoff" nesta semana deveria ter sido afastado por meio do mecanismo no último dia 5. Porém, o início da suspensão dos contratos de trabalho teve que ser adiado depois que a multinacional manteve paralisada a produção nos últimos dias por conta de falta de peças.

As atividades só foram normalmente retomadas na última sexta-feira (9) e, por isso, a empresa foi obrigada a reprogramar o início da suspensão dos contratos. Os funcionários retornam no dia 14 de março de 2016.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, que representa os trabalhadores, informou que a negociação com a empresa assegura a manutenção dos empregos.

Flexibilização

Em Taubaté, a A Volks produz os modelos Gol, Up! e Voyage e vem adotando mecanismos para evitar demissões com a crise nas vendas no setor automotivo.

Entre as medidas estão adotar um Programa de Demissão Voluntária (PDV), suspender os contratos de trabalho e conceder férias coletivas.

A unidade também pediu adesão ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE) do governo federal - a intenção é reduzir os salários e a jornada de trabalho dos cerca de 5 mil trabalhadores da unidade. Ainda não há retorno do Ministério do Trabalho sobre o pedido.

Em setembro, 120 trabalhadores que estavam com os contratos de trabalho suspensos retornaram ao trabalho na planta.

LG anuncia férias coletivas para mais 573 trabalhadores em Taubaté, SP

14/10/2015 – Fonte: G1

A LG vai colocar mais 573 funcionários em férias coletivas, a partir do próximo dia 26, na unidade em Taubaté (SP). O grupo trabalha nas áreas produtiva e de suporte da fábrica de celulares. De acordo com a empresa, a medida tem como objetivo adequar a produção à demanda do mercado. Os funcionários vão retornar no dia 14 de novembro.

Antes, 176 trabalhadores das áreas produtivas e de suporte de celulares vão tirar férias coletivas a partir da próxima segunda-feira (19). Eles voltam no dia 17 de novembro.

Esta é a oitava vez no ano que a LG dá férias coletivas para seus operários neste ano. Entre 21 e 30 de setembro, por exemplo, outros 170 funcionários ficaram sem trabalhar. No mês passado, a empresa demitiu 115 funcionários.

A unidade da LG no Vale do Paraíba produz equipamentos de linha branca, como eletrodomésticos, e monitores. Ao todo, a empresa tem cerca de dois mil trabalhadores.

Alta do dólar será novo vilão das contas de luz

14/10/2015 – Fonte: EM.com

A escalada do dólar deve ser o novo vilão da conta de luz dos brasileiros. Além dos efeitos da estiagem, que neste ano representaram aumentos superiores a 50%, agora é a moeda americana que vai pressionar os próximos reajustes tarifários das distribuidoras do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A explicação está na cota que cada empresa tem de energia da Hidrelétrica de Itaipu, cotada em dólar.

Cálculos feitos pela comercializadora Comerc mostram que apenas o impacto da moeda americana na fatia de energia da usina binacional pode representar aumentos entre 3,7% e 9,5% na conta de luz.

As maiores altas devem ocorrer naquelas distribuidoras que ainda não tiveram reajuste neste ano, como é o caso de Bandeirante, CPFL Piratininga e Light. No reajuste extraordinário, ocorrido em janeiro, quando o governo repassou para a tarifa parte das oscilações do câmbio, o dólar estava na casa de R\$ 2,80. Nas últimas semanas oscilou entre R\$ 3,70 e R\$ 4,22.

Na Bandeirante, que atende 28 municípios de São Paulo, o dólar na energia de Itaipu poderá representar 8,8 pontos percentuais dentro do reajuste anual, calcula a Comerc, que considerou um câmbio médio de R\$ 4. Na carteira de energia da empresa, 19% do total vem de Itaipu. Ou seja, qualquer oscilação no dólar tem impacto relevante nas contas da companhia.

O mesmo ocorre com a CPFL Piratininga, distribuidora que atende 27 municípios do interior e litoral de São Paulo. Pelos dados da Comerc, a parcela do reajuste devido a alta do dólar poderá chegar a 9,5 pontos percentuais. Segundo a empresa, os valores ainda estão em fase de avaliação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Na Light, o reflexo no aumento anual poderá chegar a 8,4 pontos percentuais. "Essa é a previsão de aumento fora a inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)", diz o presidente da Comerc, Christopher Vlavianos.

O presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Fonseca, explica que as empresas sentem o impacto do aumento do dólar simultaneamente, mas só podem repassar para o consumidor na data dos reajustes.

Segundo ele, se não tiver alteração no cenário energético, o câmbio deve ser o item que mais vai contribuir para o aumento das tarifas em 2016.

"Mas não podemos prever em que nível os reajustes ficarão. Há uma série de incertezas que não permite previsões." Uma delas é a questão da hidrologia. Se não chover o suficiente, o País terá novamente de acionar as térmicas, mais caras.

Outro fator que pode representar pressão sobre a tarifa são os leilões que vão ocorrer nos próximos meses. Se o valor ficar acima do praticado hoje, a diferença será repassada para a tarifa do consumidor.

A lista de incertezas inclui liminares que algumas empresas conseguiram na Justiça. Uma delas requer pagamento de R\$ 3,7 bilhões pelas distribuidoras - leia-se consumidor. A Abradee conseguiu decisão judicial favorável às associadas. Mas, se a liminar cair, os valores seriam repassados para as tarifas. As informações são do jornal.

Com desvalorização do real, Brasil perde espaço no ranking da riqueza global

14/10/2015 – Fonte: EM.com

A desvalorização do real faz o Brasil registrar uma das maiores quedas na renda média de um adulto em dólares entre as maiores economias do mundo. Dados publicados hoje pelo banco Credit Suisse sobre a riqueza no planeta apontam que a renda média anual de um brasileiro caiu de US\$ 23,4 mil para apenas US\$ 17,5 mil entre 2014 e 2015.

Segundo o banco, entre 2000 e 2014, a riqueza média do brasileiro triplicou, passando de US\$ 8 mil para US\$ 23,4 mil. Para chegar a esse valor, o Credit Suisse calcula os ativos financeiros e bens, reduzindo os níveis de endividamento.

Mas numa comparação internacional, o Brasil agora aparece apenas com a 75.^a maior renda por adulto, superado entre 2014 e 2015 pelo Peru, Colômbia, Turquia e Tunísia.

A riqueza é menos da metade da média mundial, de US\$ 52 mil, e está abaixo da taxa latino-americana, de US\$ 18 mil. Na China, a riqueza média de um adulto é de US\$ 22 mil por ano.

No Brasil, a queda na renda média em dólar foi de 24% em 12 meses, algo que só foi superado pela Rússia e Ucrânia. Descontando as flutuações da moeda, porém, a riqueza do brasileiro em reais continuou aumentando em 5,9% entre 2014 e 2015.

A liderança no ranking da riqueza no mundo é da Suíça, com uma média dos adultos de US\$ 545 mil por ano, 30 vezes a do Brasil.

A segunda posição é da Nova Zelândia, com uma riqueza média por adulto de US\$ 400 mil. A terceira posição é da Austrália, seguida pelos EUA.

Desigualdade

O informe também aponta que a desigualdade continua elevada no Brasil. Em 2015, o País soma a sétima maior população de milionários no mundo, com 168 mil pessoas nessa categoria. Até 2020, a estimativa do banco é de o número de milionários brasileiros aumente em 37%, para um total de 229 mil.

Mas, no total, apenas 11 milhões dos 200 milhões de brasileiros podem ser considerados como "classe média", um padrão que é calculado pelo banco como sendo de uma pessoa

com uma renda mínima de US\$ 28 mil por ano no Brasil. No total, essas 11 milhões de pessoas detêm cerca de 30% do PIB nacional.

Hoje, portanto, o Brasil tem uma classe média menor que a do México, com 12,9 milhões e metade da espanhola, com mais de 20 milhões. Na China, essa classe soma 109 milhões de pessoas. O número representa apenas 8% da população brasileira, uma taxa distante dos mais de 40% na Alemanha e países escandinavos, mas também inferior a Polônia, Chile, Malásia, China e Peru.

"A alta taxa de desigualdade reflete a desigualdade de renda, que está por sua vez relacionada com os padrões desiguais de educação entre a população e o hiato entre a economia formal e informal", alerta o banco.

Não é apenas no Brasil que a disparidade social é profundo. Segundo o banco, apenas 1% da população mundial detém 50% da renda do planeta. A riqueza total chegou a US\$ 250 trilhões em 2015 e, em 2020, deve superar a marca de US\$ 300 trilhões.

O número de milionários também vai continuar aumentando, em 46% em apenas cinco anos. Em 2020, cerca de 49,3 milhões de pessoas poderão ser considerados como milionários. 7,5% deles estarão nos países emergentes.

Vale lidera lista de maiores devedores inscritos na dívida ativa da União

14/10/2015 – Fonte: EM.com

O Ministério da Fazenda divulgou os 500 maiores devedores da União. Na lista apresentada nesta terça-feira, que traz nomes e valores dos débitos incluídos na Dívida Ativa da União, aparece liderando mineradora Vale S/A. A companhia tem um total de R\$ 41,9 bilhões em dívidas com a União.

A somatória das 500 maiores endividadas alcança um total de R\$ 392,3 bilhões. A lista de devedores é a relação das pessoas físicas e jurídicas que têm débitos com a Fazenda Nacional inscritos em Dívida Ativa da União.

A dívida ativa é composta por todos os créditos de natureza tributária ou não-tributária regularmente inscritos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional depois de esgotado o prazo fixado para pagamento.

A segunda maior devedora é a Carital Brasil LTDA, anteriormente chamada de Parmalat Participações, com um débito total de R\$ 24,9 bilhões. A Petrobras está na terceira colocação com uma dívida de R\$ 15,6 bilhões.

No mês passado, o Broadcast (serviço de notícias em tempo real da Agência Estado) adiantou que o governo estuda "vender" parte da dívida ativa da União para aumentar as receitas. A ideia é criar um fundo lastreado em créditos da dívida considerados recuperáveis e vender cotas do fundo em mercado.

A equipe econômica avalia que R\$ 150 bilhões em débitos inscritos em dívida ativa podem ser recuperados em prazo relativamente curto e ser utilizados para compor o fundo. A lista dos dez maiores devedores é composta ainda pela Ramenzoni Indústria de Papel (R\$ 9,7 bilhões), Duagro S/A Administração e Participações (R\$ 6,6 bilhões), a extinta companhia aérea Vasp (R\$ 6,2 bilhões), o banco Bradesco (R\$ 4,9 bilhões), a inscrita na lista como falida Varig (R\$ 4,7 bilhões), a American Virginia de tabacos (R\$ 4,1 bilhões) e a Condor Factoring (R\$ 4,1 bilhões).

Projetos chineses, como ferrovia no Brasil, prometem transformar o transporte na América Latina

14/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

As ambições são estonteantes e estão entre as maiores da América Latina desde que milhares de trabalhadores morreram durante a construção das ferrovias que rasgaram as difíceis selvas brasileiras há mais de um século.

A China resolveu construir um “canal seco” na forma de uma ferrovia que cruza a Colômbia, ligando o Caribe ao Pacífico.

Os investidores chineses anunciaram outro investimento gigantesco em Honduras, dois portos e uma ferrovia de 604 quilômetros de extensão que vai de um mar ao outro.

Então, em junho deste ano, a China anunciou mais uma megaferrovia — quase 10 vezes mais longa — atravessando o Brasil e o Peru e interligando uma costa da América do Sul à outra.

Contudo, em toda a região os projetos ferroviários chineses se chocaram com as difíceis realidades da política latino-americana, a resistência dos grupos ambientalistas, e uma desconfiança crescente em relação à China. Embora o país alardeie seus projetos ferroviários no mundo todo, ele tem sido cauteloso na América Latina, revelando que até mesmo as formidáveis ambições chinesas têm limites.

Agora, novas preocupações em relação ao crescimento econômico da China geram ainda mais dúvida sobre o que o país chama de “diplomacia da ferrovia”, à medida que cada vez mais países buscam se tornar independentes da China na América Latina.

A monumental ferrovia que ligará os dois oceanos entre o Brasil e o Peru “será um teste fundamental do valor da China e do potencial para uma maior aceitação dos projetos desenvolvidos pelos chineses para os recursos da América do Sul”, afirmou José Eustáquio Diniz Alves, um acadêmico brasileiro.

“Estamos encarando o lado negativo de nos apoiarmos na China, agora que sua economia pouco transparente enfrenta instabilidade. Imagine o que pode acontecer se o projeto for para frente, causando uma enorme destruição ambiental, além de dar à China um poder ainda maior em nossa política interna.”

Projetos abandonados

Há mais de 100 anos, os americanos estavam entre os estrangeiros que se aventuraram no coração da América do Sul com planos ambiciosos de construir ferrovias. As ruínas de seu projeto grandioso na Amazônia Brasileira, conhecido como Ferrovia do Diabo, porque milhares de trabalhadores morreram durante a construção, são um testemunho dos perigos de contar demais com a exportação de commodities.

As autoridades lentamente abandonaram a ferrovia e partes dela foram engolidas pela floresta, depois que os preços da borracha despencaram, muitas gerações atrás. Hoje, é a China que sofre revezes nos projetos ferroviários que atravessam a região, em um momento em que a demanda pelas commodities latino-americanas — como a soja, o minério de ferro, cobre e petróleo — diminuiu consideravelmente.

Em novembro do ano passado, o México cancelou abruptamente um projeto liderado pela China para a construção de um sistema ferroviário de alta velocidade avaliado em US\$4,3 bilhões, depois de acusações de que o governo mexicano teria favorecido construtoras que faziam parte do consórcio.

Em Honduras, já se passaram dois anos desde que os investidores chineses anunciaram a ferrovia ligando o Mar do Caribe ao Pacífico. Miguel Servellón, funcionário da agência estatal responsável pelo projeto, afirmou que ainda “estamos longe de transformá-lo em realidade”, listando obstáculos como o complexo processo de aprovação ambiental.

Em outro projeto voltado para a criação de uma alternativa ao Canal do Panamá, o presidente colombiano, Juan Manuel Santos, afirmou há quatro anos que a Colômbia e a China tinham um plano “bastante avançado” de construir uma ferrovia ligando o Pacífico ao Caribe. Mas os ânimos mudaram consideravelmente desde então.

“É um assunto que foi mencionado em 2011 e, depois disso, teve pouca relevância”, afirmou Daniela Sánchez, diretora da Câmara de Comércio Colômbia-China.

Na Venezuela, empresas chinesas realmente adiantaram boa parte do projeto de uma linha de trens rápidos de 467 quilômetros de extensão, parte do plano grandioso do presidente Hugo Chávez para “reequilibrar” a população, saindo das zonas costeiras em direção ao interior.

Porém, enquanto o governo da Venezuela anunciava que os serviços aos passageiros estariam disponíveis em 2012, o projeto enfrenta há anos inúmeras paradas e falta de verbas do lado venezuelano.

As autoridades chinesas afirmam que mais da metade da ferrovia já foi construída, embora a mídia venezuelana tenha dito em junho que o trabalho foi abandonado em vários pontos.

“O processo seria mais veloz se tivéssemos capital abundante”, afirmou Liang Enguang, vice-gerente geral da unidade venezuelana da China Railway Engineering Corp.

Outro projeto ainda maior liderado por uma gigante chinesa das telecomunicações, um canal de quase 277 quilômetros de extensão através da Nicarágua, que deveria competir com o Canal do Panamá, encontrou muito ceticismo em relação à possibilidade de sua realização, além de protestos de agricultores que vivem no local por onde o canal passaria.

Brasil é a principal aposta

Apesar dos obstáculos, a China continua adiantando o projeto da ferrovia interoceânica entre Brasil e Peru, aproveitando-se do crescimento nas trocas comerciais com a América Latina, passando de US\$ 12 bilhões no ano 2000 para US\$ 285 bilhões em 2014, segundo dados do Fundo Monetário Internacional.

Lucas do Rio Verde, uma cidade rural de 70 mil habitantes, pode ficar bem no meio da rota de quase 5.311 quilômetros de extensão, provavelmente transformando a área em um importante centro de logística agrícola.

Mas sob as sombras dos silos de grãos que se erguem nos campos de soja e na fábrica de processamento de carne da cidade, as respostas estão mais indiferentes do que empolgadas com a perspectiva.

“Eu não duvido de que a China tenha o dinheiro e o conhecimento para fazer isso tudo acontecer”, afirmou Ricardo Tomczyk, presidente de um grupo que representa os produtores de soja, mas “sabemos que a burocracia brasileira é mais incrível do que construir uma ferrovia que atravesse os Andes”.

A China já passa os EUA como o maior parceiro comercial do Brasil. Porém, embora a demanda chinesa por commodities tenha ajudado a financiar o crescimento de cidades

rurais como Lucas do Rio Verde, as exportações de soja e milho são levadas aos portos através de estradas públicas em estado deplorável, como a BR-163, uma rodovia de 1.765 quilômetros de extensão que cruza a Amazônia.

Partes da estrada continuam sem asfalto, o que eleva os custos do transporte. Quando chove, alguns caminhoneiros ficam atolados durante muitos dias em alguns trechos enlameados.

Pesquisadores das relações entre a China e a América Latina afirmam que a ferrovia faria muito mais do que cortar os custos de transporte, mas seria um reflexo dos esforços do governo em Pequim para garantir o acesso a matérias primas, melhorar a segurança alimentar do país e encontrar novos mercados para as empresas ferroviárias e de engenharia da China, em um momento de desaceleração econômica no país.

“Os chineses não acreditam que os EUA não vão tentar restringi-los em alguns gargalos estratégicos”, afirmou R. Evan Ellis, professor de estudos latino-americanos no Instituto de Estudos Estratégicos da Escola de Guerra do Exército dos EUA, destacando a dependência chinesa de rotas comerciais como o Canal do Panamá.

Alguns líderes políticos tanto no Brasil quanto no Peru receberam de braços abertos a proposta chinesa, acreditando em sua seriedade porque Li Keqiang, o primeiro-ministro chinês, promoveu o projeto durante sua visita a ambos os países em maio deste ano. As autoridades chinesas concordaram em realizar um relatório de viabilidade ao longo deste ano.

Progressos

Naturalmente, outros projetos chineses de infraestrutura fizeram progresso na América Latina, ajudando a transformar a região. Na Argentina, onde empresas chinesas estão reformando a antiga rede de transporte de carga, as importações de materiais ferroviários e trens da China chegaram a US\$ 700 milhões em 2014, ao invés dos US\$ 50 milhões registrados em 2011.

No Equador, bancos estatais chineses já investiram quase US\$ 11 bilhões no país, construindo uma barragem, estradas, rodovias, pontes e hospitais.

Algumas pessoas no Brasil argumentam que as empresas chinesas estão aprendendo com seus sucessos e revezes. Aqui no Brasil, a Sinopec, empresa de energia chinesa, construiu um gasoduto de US\$1,3 bilhão. Agora as autoridades brasileiras investigam denúncias de superfaturamento na construção.

Com a economia brasileira enfrentando problemas, algumas autoridades de peso dão sinais de que podem aceitar a proposta chinesa, ao passo que também sugerem que a ferrovia possa ser construída de forma menos ambiciosa, um pedaço de cada vez.

“A Ferrovia Interoceânica poderia ser feita em partes”, afirmou Nelson Barbosa, ministro do Planejamento, durante um pronunciamento no Senado, enfatizando especialmente os dois trechos onde os agricultores têm pedido a construção de uma ferrovia há algum tempo.

Kevin Gallagher, acadêmico da Universidade de Boston que estuda as relações entre a China e a América Latina, afirmou que as ferrovias estão entre os maiores projetos de infraestrutura desta região no último século.

“A China vai ter que aprender mais rápido pra que isso dê certo. E se os chineses não conseguirem, ninguém mais vai conseguir”, afirmou ele.

O minério dividido: Flavio Maluf aborda os recentes fatos da Alcoa

14/10/2015 – Fonte: R7

A desaceleração do PIB da economia chinesa está diminuindo muito os preços das commodities. Conforme dados de analistas, cita o empresário Flavio Maluf, com a diminuição de consumo chinês, há um excesso de metais, principalmente o alumínio.

Especialistas observam ainda a exportação desse produto, causando intrigas no comércio mundial. Dessa forma, o preço dessa commodities derreteram, afetando diretamente uma das maiores empresas no setor, a Alcoa Inc.

Dessa forma, pressionada por anos de reclamações dos acionistas que viram seus papéis desvalorizar 40% em 12 meses, conforme dados reportados por Flavio Maluf, a multinacional decidiu dividir em duas empresas.

Seguindo a linha de muitas empresas que se desmembram a fim de direcionar o foco em setores que possa gerar resultados melhores, a Alcoa irá isolar a empresa de material bruto que é responsável pela divisão do minério de bauxita, refinamento da alumina e a produção de alumínio, o qual ainda levará o nome da indústria; e outra "empresa de valor agregado" como está sendo chamado pela própria Alcoa, destinará aos produtos laminados, negócios de engenharia e de transportes e construção.

Analistas financeiros informam que esse fato está ocorrendo com maioria das empresas que possuem força em setores separados, isolando-os para que a sua eficiência seja otimizada.

A primeira siderúrgica de alumínio do mundo, a Alcoa Inc, sofre com os alto custo das fundições de alumínio bruto, levando a fechar fábricas inclusive no Brasil, para evitar prejuízos e direcionou para produtos acabados, agregando valor ao produto.

Essa empreitada levou a mineradora a comprar a fabricante inglesa de peças de avião Firth Rixson Ltd. e a compra da RTI International Metals Inc., sediada em Pittsburgh, líder mundial em produção de titânio para indústria aeroespacial, relembra Flavio Maluf.

A informação da Alcoa Inc, que está há cerca de 126 anos no mercado, é que 40% da receita está ligada aos produtos agregados destinados às empresas aeroespaciais na construção de motores, aerofólios de turbinas e prendedores da indústria de avião.

Recentemente, a indústria automobilística está se transformando em um dos maiores consumidores de produtos derivados do alumínio, o que pode beneficiar a nova empresa segundo Flavio Maluf.

A presidência executiva e um dos conselheiros da empresa de valor agregado ainda sem nome será o diretor-presidente da empresa, Klaus Kleinfeld, noticia Flavio Maluf. A nova companhia ainda teria uma receita de US\$ 14,5 bilhões no ano encerrado em 30 de junho.

Ainda que o diretor-presidente reafirme que não foram os preços do alumínio bruto a principal causa da divisão da empresa, a Alcoa em 33% a sua capacidade de fundição desde 2007 para conter redução dos preços que obteve uma desvalorização de 40% há 4 anos, informa Flavio Maluf.

Essa separação pode "prevenir que o lingote seja agregado a esses valores pessimistas" e o crescimento da produção de rodas e outros produtos que acrescenta demais metais

fizeram a instituição rever seus negócios e observou uma boa oportunidade nas confecções mais agregado.

O desafio será competir com os chineses que produzem e exportam o alumínio bruto. O excesso da matéria-prima pode depreciar o preço da commodities, mas a Alcoa fechou contratos recentemente com a Ford que está buscando produtos mais leves para o acabamento de veículos. Talvez assim diminua a visão negativa dos fechamentos das fusões.

Vale, Arcelor e Samarco devem compensar e reparar, imediatamente, danos ambientais e coletivos

14/10/2015 – Fonte: Notícias de Mineração

As empresas Vale, ArcelorMittal e Samarco Mineração, investigadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Pó Preto da Assembleia Legislativa, devem ser obrigadas, por meio de ações civis públicas, a compensar e reparar, imediatamente, os danos ambientais e coletivos que geram à população capixaba.

Esta é uma das 23 recomendações do relatório aprovado por unanimidade nesta quarta-feira (7) pelos deputados que integram a comissão. Além das poluidoras, o documento define atribuições do Estado, da própria Assembleia, e de órgãos da Justiça.

A CPI chama à responsabilidade, para que seja consolidada essa exigência, os órgãos de fiscalização – Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Seama) e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) -, Ministérios Públicos Estadual (MPES) e Federal (MPF), e Defensoria Pública.

As empresas devem indenizar os moradores e estabelecimentos das regiões impactadas, por despesas contínuas com a limpeza do pó preto e pintura de prédios, além dos gastos com tratamento de saúde.

Essa compensação, no entanto, “não passa apenas pela questão financeira, mas com ações efetivas e solucionadoras dos problemas que afligem a população do Estado”.

O resultado da investigação afirma que, comprovadamente, a Vale, Arcelor e Samarcoviolam o direito da coletividade a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, respectivamente na Grande Vitória e em Anchieta, sul do Estado.

Não só as próprias empresas reconheceram que respondem pela poluição atmosférica durante os trabalhos da CPI, como as manifestações técnicas e documentação reunida pela comissão, diz o documento.

“Esse passivo ambiental, indubitavelmente de responsabilidade dessas empresas, precisa ser cobrado”, afirma o relatório. A comissão concluiu que “nessas regiões, a população vive uma epidemia de doenças respiratórias e cardíacas, enormemente agravadas devido ao alto grau de poluição do ar”.

A gravidade da situação e a extensa lista de doenças e problemas relacionada à inalação e exposição às partículas poluentes, reveladas pelos depoimentos médicos ouvidos na CPI, foram consideradas “estranhadoras” pelos deputados.

“Não resta dúvida de que a exposição da população capixaba a gravíssimas partículas poluidoras dispersas na atmosfera e no solo é um fato público, notório e que precisa ser urgentemente solucionado”. O relatório defende que a poluição do ar seja tratada como um problema de saúde pública.

Os deputados criticam no documento os argumentos de que as empresas operam no Estado em acordo com a legislação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Para eles, além de inconsistentes, esses argumentos "representam verdadeira autorização para matar". E ainda que "não se pode conceber que pessoas sofram, com gravíssimas consequências à saúde".

Acusando o poder público de negligência frente ao aumento da poluição, o relatório ressalta que não há nenhuma justificativa, seja ela de ordem econômica ou técnica, que isente os órgãos de fiscalização ambiental de suas ações ao longo de todos esses anos.

Nem se considera aceitável, atualmente, com a forte mobilização popular na luta contra a poluição do ar, respostas como "meras proposições e discursos sem resultado efetivo".

O documento ressalta que "não se pode tolerar que empresas como a ArcelorMittalTubarão S/A, Vale S/A e Samarco S/A não busquem permanentemente processos mais eficientes e limpos em relação às suas atividades, mormente quando se sabe que já dominam tais tecnologias, inclusive aplicando-as em plantas espalhadas em outros países".

Na ausência dos órgãos que têm competência para acionar as empresas judicialmente, a Assembleia Legislativa se propõe a fazer, por meio da Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo deputado Rafael Favato (PEN), que também presidiu os trabalhos da CPI do Pó Preto.

"Caso os agentes poluidores insistam em não cumprir o que determina a Constituição Federal e as leis ambientais e continuarem a cometer infrações apuradas pela CPI, poderão ser enquadradas nas leis existentes e responderem pelos danos causados", como garante a comissão, no relatório final de 81 páginas.

Além de Favatto, a CPI é formada por Erick Musso (PP), vice-presidente; Dary Pagung (PRP), relator, e tem como membros efetivos Euclério Sampaio (PDT) e Gilsinho Lopes (PR). Euclério não compareceu à leitura e votação do relatório, sendo convocado o suplente, Almir Vieira (PRP). Assim como Euclério, os demais deputados da Casa se ausentaram da reunião que encerrou os trabalhos da CPI.

Padrões OMS

O relatório recomenda ainda a reformulação do Decreto Estadual nº 3463/2013, que define os padrões para a qualidade do ar em todo o Estado, considerados "no mínimo, tímidos" pela CPI.

Os deputados afirmam que, assim como os limites estabelecidos pelo Conama, os do decreto estão muito acima dos máximos aceitáveis pela Organização Mundial de Saúde (OMS), ideais para que não haja danos à saúde e ao meio ambiente.

"É possível concluir, observando os números e diante do que conclama a população capixaba, que o governo errou, assim como o Conama na década de 90, ao estabelecer limites muito aquém do minimamente aceitável para que fosse assegurada a determinação da Constituição".

Além disso, diz o documento que o decreto tem vício de inconstitucionalidade formal, já que deveria ter sido objeto de projeto de lei e não de decreto regulamentar.

Desta forma, propõe a CPI que o governo do Estado elabore um projeto de lei e encaminhe à Assembleia para "traçar novas metas mais rígidas e compatíveis com o que espera a população capixaba e regularizando o vácuo normativo ora apontado". Este projeto, como garante o relatório, deverá adotar os critérios da OMS.

Painéis

Assim como ocorre com as placas indicativas de balneabilidade dispostas nas praias e site das prefeituras, o relatório recomenda ao governo que implante ao longo das principais vias e pontos de concentração de partículas, um sítio eletrônico específico com painéis de controle de qualidade de ar que disponham de informações, em tempo real, sobre as concentrações dos particulados e dos níveis de poluentes existentes na Grande Vitória e em outros pontos sensíveis no Estado. O objetivo é garantir o maior controle, fiscalização e acompanhamento pela população.

Monitoramento

Outra recomendação da CPI é o monitoramento constante da qualidade do ar e do leito marinho nas áreas adjacentes à Vale, ArcelorMittal e Samarco, "o que demonstrará com clareza o nível de degradação ambiental ao longo de mais de três décadas de atuação desses grupos empresariais".

A medida, segundo o relatório, "demonstrará indubitavelmente a defasagem metodológica e comprovará a falha daquelas empresas e órgãos de fiscalização em relação à falta de indicadores objetivos sobre a qualidade da água, em especial no que tange aos sedimentos depositados nas praias e leitos marinhos".

Também nesse caso, o relatório convoca a Seama/Iema e os Ministérios Públicos para que investiguem e, se necessário, proponham ações civis públicas para exigir das empresas que "realizem e arquem com os custos inerentes à apuração e monitoramento do leito marinho das áreas do entorno dos seus respectivos empreendimentos, disponibilizando os dados à população em geral".

Fundo Estadual

Considerando que atualmente o governo do Estado é obrigado a locar recursos públicos que poderiam ser destinados a áreas essenciais para a população, o relatório defende a criação do Fundo Estadual de Controle, Monitoramento e Fiscalização de Impactos Ambientais.

Este deverá ser financiado pelas empresas, que pagarão uma taxa para o "exercício regular do poder de polícia conferido ao Estado para controle e fiscalização das atividades potencialmente geradoras de degradação ao meio ambiente".

"Nada mais justo que ao invés da população capixaba, que já sofre com os efeitos nocivos dessa poluição, arcar do seu próprio bolso com esse gasto, que sejam as empresas poluidoras as responsáveis pelos ônus".

Conselhos

A CPI aponta a necessidade de aparelhar o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), os Conselhos Regionais de Meio Ambiente (Conremas), o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e os Conselhos e Secretarias Municipais de Meio Ambiente. Sem essa integração, o relatório afirma que não é possível promover a plena proteção do meio ambiente.

Assim, caberá à Comissão de Meio Ambiente da Assembleia a elaboração de um projeto de lei para ser encaminhado ao governo do Estado, criando mecanismos efetivos de integração entre os órgãos de meio ambiente. Além disso, para criar o Sistema Estadual de Proteção ao Meio Ambiente e Combate à Poluição (Seprotecom), que terá como uma das propostas a revisão da composição do Consema e Conremas, para que conste a participação de um membro indicado pelo legislativo estadual.

Também é proposto ao Consema que, ao propor resoluções, que se baseie em subsídios técnicos e científicos gerados no Núcleo de Estudos da Qualidade do Ar, levando em

consideração índices referenciais de controle ambiental e plano de redução da presença da poeira sedimentável no ar da Grande Vitória.

“Recomenda-se ainda ao poder executivo que fiscalize a atuação destes Conselhos, para que não usurpem o papel do poder legislativo no exercício do poder regulamentar”.

Código Ambiental

A CPI ressalta a necessidade de agregar num único corpo jurídico as diversas leis sobre o tema, “facilitando o conhecimento, acesso e propagação de suas normas”.

A elaboração deste Código Ambiental Estadual deve ocorrer numa parceria entre órgãos como a Assembleia e a Defensoria Pública, com o devido debate com a sociedade civil, por meio de audiências públicas.

Empresários devem estar atentos ao Simples Nacional

14/10/2015 – Fonte: R7

Com a chegada do fim do ano, a Receita Federal está encaminhando cobranças para micro e pequenas empresas, enquadradas no sistema de tributos do Simples Nacional, que estão com seus impostos em atraso, podendo gerar exclusão do sistema e enquadramento em outra forma de tributos, com carga mais elevada de cobrança.

O contador e diretor regional do Sindicato das Empresas Contábeis de Santa Catarina (Sescon/SC) Jandival Ross alerta para que os empresários estejam atentos e com os pagamentos em dia, já que, caso a empresa não regularize suas dívidas, pode ser excluída do Simples e enquadrada em outra forma de tributação.

Jandival explica que, assim que o empresário receber a cobrança do Simples, ainda poderá parcelar até janeiro; após esse prazo, a empresa é excluída do Simples, podendo retornar somente em 2017, com a exigência de estar com todos os impostos em dia.

"A troca de pagamento de tributos pode acabar inviabilizando a atividade da empresa, pelo custo elevado, comprometendo a continuidade do serviço, por isso, é fundamental que todos estejam atentos às cobranças do Simples e mantenham o pagamento em dia, evitando problemas futuros para seu negócio", orienta.

O contador ressalta que, se o contribuinte optante pelo Simples considera a tributação elevada, verificará que é ainda maior pelo regime de tributação com base no Lucro Presumido ou Lucro Real, pois, além da elevada carga tributária, estará sujeito a inúmeras obrigações acessórias.

Além disso, o sistema de contabilidade torna-se ainda mais complexo, a iniciar a sujeição do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), em que a empresa terá de aumentar sua estrutura administrativa e operacional para atender a essas demandas.

"Por mais difícil que seja a situação com a qual algumas empresas venham a se deparar, tudo tem uma forma legal de regularização, desde que o empresário tenha interesse. No entanto, só é permitido parcelar o imposto uma vez por ano, independente de parcelamentos anteriores", informa.

Jandival esclarece que, através do Simples, o empresário paga oito tributos em um só, reduzindo significativamente o custo para a empresa, já que a cobrança é feita de acordo com o faturamento mensal do negócio.

"Todos devem ter esse pagamento como prioridade, para que, no ano que vem, possam continuar nesse sistema", conclui, alertando, que, qualquer dúvida, o contador da empresa deve ser consultado para mais esclarecimentos.

Carros da Volks terão novo sistema de controle de poluição

14/10/2015 – Fonte: O Globo



A Volkswagen anunciou nesta terça-feira que, para os futuros modelos, a montadora vai renovar a tecnologia usada para controlar a emissão de poluentes dos carros a diesel. O anúncio foi feito quase um mês e meio depois de a Agência de Proteção Ambiental americana revelar que a fabricante equipou alguns carros com um software que enganava testes de emissões, o que abalou a reputação da empresa e colocou sua estabilidade financeira em questão.

A companhia disse que trocaria o sistema para um com redução catalítica seletiva para reduzir as emissões de seus motores a diesel na Europa e América do Norte. A mudança, que envolve acrescentar ao carro um tanque de um fluido a base de ureia para limpar o escapamento.

Mas essa medida é direcionada apenas aos novos carros e não faz parte do plano da Volks para consertar aqueles que já estão em circulação, esclareceu Peter Thul, um porta-voz da fabricante.

A medida é conceitualmente similar a um sistema de controle de emissões que a Volkswagen chegou a considerar quando adotou o sistema atual. Mas, na ocasião, a tecnologia foi rejeitada pela companhia como algo muito custoso.

Paul Willis, gerente-geral do grupo Volkswagen na Inglaterra, já tinha dito na segunda-feira que o reparo nos carros a diesel vendidos na Europa não envolveu a instalação do sistema de filtragem que usa ureia como um aditivo.

Porém, a solução deve ser usada em muitos veículos nos EUA, que têm regras mais rígidas para as emissões de óxidos de nitrogênio.

"Os veículos diesel só serão equipados com sistemas de emissões de escape que usam a melhor tecnologia ambiental", de acordo com Herbert Diess, diretor-presidente da divisão de carros de passageiros da Volkswagen, em comunicado divulgado nesta terça-feira.

Na semana passada, a Volks encaminhou às autoridades alemãs uma proposta detalhada de seu plano para retirar o software de seus veículos no país.

O ministro dos Transportes alemão disse, nesta segunda-feira, que o reparo para carros equipados com motor 2 litros deve estar pronto no começo do ano que vem.

Já para motores 1,6 litros, ele só deve ficar pronto no fim de 2016. Nenhuma informação foi divulgada a respeito dos motores 1.2.

Rio Tinto não tem interesse em fazer proposta pela Glencore

14/10/2015 – Fonte: Exame

O executivo-chefe da Rio Tinto, Sam Walsh, disse que não está interessado em fazer uma proposta de compra pela Glencore, apesar do forte recuo na ação da mineradora anglo-suíça nos últimos meses.

Em entrevista, Walsh afirmou que não acredita que os negócios da Glencore estejam bem alinhados e que a empresa opera em áreas geográficas diferentes que sua própria companhia.

"É uma cultura diferente", comentou ele. Um porta-voz da Glencore não quis comentar o assunto.

No ano passado, a Rio Tinto recusou uma proposta do executivo-chefe da Glencore, Ivan Glasenberg, para uma fusão das duas mineradoras. Analistas do setor avaliavam que Glasenberg poderia fazer outra proposta para a Rio Tinto neste ano, mas a forte queda nos papéis da Glencore deixou esse plano em segundo plano, ao menos por ora.

Nas últimas semanas, a Glencore teve de responder a preocupações sobre seu endividamento, em meio a especulações de que pudesse ser alvo de uma proposta de compra. O valor de mercado da companhia recuou para cerca de US\$ 26 bilhões, de US\$ 61 bilhões no início de 2015.

A Rio Tinto, segunda maior mineradora do mundo em valor de mercado, é um dos poucos agentes que poderiam fazer essa proposta pela concorrente. Walsh, porém, descartou essa hipótese, apontando para a estrutura da Glencore.

Diferentemente de outras grandes mineradoras, a Glencore tem um grande braço de negociações, que possui quase US\$ 18 bilhões em dívida de curto prazo e compra e vende commodities pelo mundo.

A empresa é vista em geral como mais agressiva e mais propensa a assumir riscos, em comparação com outras gigantes da mineração. A Glencore opera em regiões instáveis, como a República Democrática do Congo, onde possui várias minas de cobre.

A estratégia mostrou-se bem-sucedida durante o boom das commodities, mas a empresa ficou pressionada com a forte queda no cobre, no carvão e em outras commodities que ela produz e vende.

Em setembro, a Glencore anunciou o fechamento temporário de duas minas de cobre que não davam lucro na África.

As ações da companhia sofreram, conforme os investidores mostravam-se mais preocupados com seu alto endividamento.

A Glencore anunciou em setembro planos para reduzir sua dívida líquida em US\$ 10 bilhões, o que seria uma proteção mesmo no caso de recuos maiores nas commodities.

Inicialmente os investidores mostraram-se céticos, o que levou a ação a cair quase 30% em 28 de setembro, maior queda diária no papel da empresa desde que ela passou a ser negociada, em 2011.

A ação reagiu desde então, mas permanece volátil, caindo 2,5% na Bolsa de Londres nesta terça-feira, em um dia negativo para as mineradoras.

As ações da Rio Tinto se saíram melhores que a maioria das outras mineradoras, em parte porque a mineradora anglo-australiana tem endividamento relativamente baixo. No primeiro semestre, a Rio Tinto tinha US\$ 13,7 bilhões em dívida líquida, enquanto a Glencore tinha quase US\$ 30 bilhões.

As ações da Rio Tinto recuaram 19% nos últimos 12 meses, enquanto as da Glencore tiveram queda de 64%. O papel da BHP Billiton recuou 18% no mesmo período.

Ferro recua na China com fraqueza do mercado do aço

14/10/2015 – Fonte: O Globo



Os contratos futuros do minério de ferro na bolsa chinesa de Dalian voltaram a sofrer pressão nesta quarta-feira dos fracos preços do aço na China, o que tem limitado o apetite pela matéria-prima.

Os contratos futuros do aço na bolsa de Xangai estão perto de uma mínima recorde, tendo perdido mais de 60 por cento desde o início de 2013 em meio a uma desaceleração da economia chinesa.

Os futuros dos vergalhões de aço para entrega em janeiro na bolsa de Xangai fecharam estáveis em 1.830 iuanes (288 dólares), não muito longe do nível de 1.815 iuanes registrado em 30 de setembro, o menor valor para um contrato mais ativo desde o lançamento do papel em 2009.

Na bolsa de Dalian, o minério de ferro caiu 0,1 por cento, fechando a 375 iuanes por tonelada. O minério de ferro para entrega imediata no porto de Tianjin caiu 0,60 dólar, para 54,30 dólares a tonelada, nesta quarta-feira, segundo o The Steel Index (TSI).

Japão piora avaliação econômica com fraqueza da indústria

14/10/2015 – Fonte: Exame



O governo do Japão piorou sua avaliação da economia nesta quarta-feira devido à fraqueza da produção industrial, em um sinal preocupante de que a recuperação está estagnando devido ao enfraquecimento da demanda internacional. O governo também reduziu sua visão sobre a produção industrial diante da contração da atividade manufatureira e da alta dos estoques.

A fraca avaliação geral aumenta as apostas para a reunião de política monetária do banco central no final do mês e coloca as políticas econômicas do primeiro-ministro, Shinzo Abe, sob ainda mais vigilância.

"A economia está em uma tendência gradual de recuperação, mas há alguns bolsões de fraqueza", disse o Escritório do Gabinete em seu relatório econômico mensal. "Recentemente a produção industrial enfraqueceu."

No mês passado, o governo disse que a economia estava se recuperando mas que em algumas partes a recuperação diminuía.

A última vez que o Escritório do Gabinete piorou sua avaliação foi em outubro do ano passado.

Uma queda inesperada na produção industrial em agosto levou alguns economistas a sugerirem que a economia do Japão poderia contrair entre julho e setembro, o que a colocaria em recessão técnica após a contração do trimestre anterior.

Shopping Vale do Aço inaugura expansão

14/10/2015 – Fonte: Diário do Comércio

A expansão do Shopping Vale do Aço, instalado em Ipatinga, na região do Vale do Aço, já está em funcionamento. O projeto, que elevou a área bruta locável (ABL) para 35.500 metros quadrados, distribuídos em dois pavimentos, demandou investimento total de R\$ 163 milhões.

O montante foi integralmente financiado com recursos próprios da administradora Intermall Empreendimentos e Participações Ltda.

A quantidade de lojas passou de 130 para 272. Juntas, as novas operações devem gerar 3 mil postos de trabalho. Segundo o superintendente do centro de compras, Washington Pimenta, 80% dos espaços já foram comercializados, índice que atende às expectativas previamente estabelecidas.

Entre os destaques do novo *mix* de lojas, ele aponta as âncoras C&A, Renner e Lojas Rede, marcas inéditas na cidade. Pimenta revela que mais 10 lojas devem ser abertas até dezembro, incluindo as gigantes do setor de alimentação Bob's, Burger King e Grilletto.

Desde que a área ampliada foi aberta, no final de setembro, a quantidade de consumidores circulando pelos corredores do complexo comercial cresceu 33%. Conforme o superintendente, a expectativa é de que cerca de 600 mil pessoas passem pelo *mall* ao longo deste mês. A projeção é de que, em dezembro, essa quantidade aumente ainda mais, atingindo 800 mil pessoas.

Para atender ao ascendente fluxo de clientes, a estrutura do *shopping* também foi reforçada. Ele ganhou um edifício de estacionamento com sete andares e 850 novas vagas cobertas, totalizando 2 mil espaços disponíveis para veículos. Além disso, foram instaladas 11 escadas rolantes para interligar os dois andares. A praça de alimentação, por sua vez, ganhou 1.026 lugares.

O superintendente é otimista, apesar da crise econômica. De acordo com ele, não há na região nenhum outro centro de compras de grande porte capaz de suprir as necessidades de consumo dos moradores do entorno.

"Como somos praticamente o único, não temos um público-alvo bem definido. Somos democráticos e atendemos consumidores de todas as classes sociais. Acreditamos que o próximo ano será ainda melhor, com redução das poucas lojas ainda desocupadas", prevê.

A PHV Engenharia, sediada no bairro Santa Lúcia, região Centro-Sul de Belo Horizonte, foi uma das construtoras responsáveis pela expansão. O diretor técnico, Rogério Martins Pinto, afirma que o projeto pode abrir novas frentes de negócio para a empresa, que, até então, tinha construído apenas *strip malls*, entre eles o Falls e Woods, instalados na região Centro-Sul da capital mineira.

"Acredito que somos, inclusive, capazes de começar um grande *shopping* do zero, pois executar uma grande obra com o empreendimento em funcionamento é mais complicado devido às interferências", argumenta. O projeto empregou média de 400 funcionários, mas, quando atingiu o pico, chegou a ter 600 operários trabalhando.

Bloco K - Ajuste SINIEF nº 8/2015 – Prazos diferenciados de entrega por atividade e faturamento

14/10/2015 – Fonte: Gaia, Silva, Gaede & Associados

O Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque (denominado de Bloco K) foi instituído por meio do Ajuste SINIEF nº 2/2009, que trata da Escrituração Fiscal Digital (EFD), sendo obrigatório para os estabelecimentos industriais ou a eles equiparados pela legislação federal e para os estabelecimentos atacadistas. Segundo o § 7º da Cláusula Terceira do Ajuste SINIEF nº 2/2009, o prazo de entrega do Bloco K estava previsto para 1º de janeiro de 2016, sem distinção por atividade econômica e faturamento.

Com a publicação do Ajuste SINIEF nº 8/2015, no DOU de 08/10/2015, foram estabelecidos prazos diferenciados conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), quais sejam:

i) a partir de 1º de janeiro de 2016:

- a. para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32 da CNAE pertencentes a empresa com faturamento anual igual ou superior a R\$ 300.000.000,00, dentre as quais destacamos (exemplificativamente):
 - o Fabricação de Produtos Alimentícios (CNAE seção 10);
 - o Fabricação de Produtos Têxteis (CNAE seção 13);
 - o Fabricação de Produtos de Madeira (CNAE seção 16);
 - o Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel (CNAE seção 17);
 - o Metalurgia (CNAE seção 24);
 - o Fabricação de Produtos de Metal, exceto Máquinas e Equipamentos (CNAE seção 25);
 - o Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos (CNAE seção 26);
 - o Fabricação de Máquinas e Equipamentos (CNAE seção 28);
 - o Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias (CNAE seção 28); e
 - o Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte, exceto Veículos Automotores (CNAE seção 30).
- b. para os estabelecimentos industriais de empresa habilitada ao Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof) ou a outro regime alternativo a este.
- c.

ii) a partir de 1º de janeiro de 2017, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32 da CNAE pertencentes a empresa com faturamento anual igual ou superior a R\$ 78.000.000,00;

iii) a partir de 1º de janeiro de 2018, para os demais estabelecimentos industriais e equiparados a industrial, bem como estabelecimentos atacadistas classificados nos grupos 462 a 469 da CNAE, dentre os quais destacamos:

- Comércio Atacadista de Matérias-Primas Agrícolas e Animais Vivos (CNAE seção 462); e
- Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos, exceto de Tecnologias de Informação e Comunicação (CNAE seção 466).
- De acordo com o § 8º da Cláusula Segunda do Ajuste SINIEF nº 8/2015, considera-se estabelecimento industrial aquele que possui qualquer dos processos que caracterizam uma industrialização, nos termos da legislação do ICMS e do IPI, em que os produtos resultantes estejam sujeitos a esses tributos (mesmo com alíquota zero ou isenção).

Ainda, para fins de faturamento deverá ser observado que:

- I. considera-se "faturamento" a receita bruta de venda de mercadorias de todos os estabelecimentos da empresa no território nacional, industriais ou não, excluídas as vendas canceladas, as devoluções de vendas e os descontos incondicionais concedidos;
- II. o exercício de referência do faturamento deverá ser o segundo exercício anterior ao início de vigência da obrigação. Por fim, as alterações introduzidas pelo Ajuste SINIEF nº 8/2015 entram em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de novembro de 2015.

Crescem acordos que cortam salário e jornada para manter empregos

14/10/2015 – Fonte: Jornal Nacional

Nesse momento difícil da economia brasileira, tem crescido o número de trabalhadores que aceitam receber um salário menor pra trabalhar menos em troca de manter o emprego. Mas a maioria dos acordos é feita fora do programa criado pelo governo pra evitar demissões.

Em 55 anos de existência, uma fábrica de autopeças de Guarulhos nunca havia enfrentado uma crise como essa. Fornecedora de componentes para motores de automóveis, a metalúrgica hoje produz apenas um terço do que produzia até 2014.

Em épocas normais, antes da crise, por exemplo, quem fosse à fábrica não veria as pilhas de peças sobrando. Essas peças foram fabricadas a pedido das montadoras de automóveis, só que quando os caminhões chegaram lá para levar a encomenda embora, as montadoras simplesmente cancelaram os pedidos. E, se a peça não chega na montadora, a fábrica não recebe. Vira tudo estoque.

A empresa que estava crescendo, diminuiu. Das duas unidades, só sobrou uma. Oitenta funcionários foram demitidos e, como a situação não melhorou, o dono fechou um acordo com o sindicato dos metalúrgicos. A jornada de trabalho foi reduzida em 20% e os salários, em 15%. E, durante os próximos quatro meses e meio, ninguém pode ser demitido.

"Acho que foi bom, pra gente poder manter nosso emprego", diz o metalúrgico Rodrigo Marques dos Santos.

“Bem melhor ficar empregado do que desempregado aí fora, batendo cabeça, correndo, portas fechadas, pelo aqui menos nós estamos trabalhando”, aponta o metalúrgico André Luiz da Silva.

Até agora, o sindicato de Guarulhos fechou 10 acordos que não seguem as regras do PPE, o Plano de Proteção ao Emprego, criado pelo Governo Federal para evitar demissões. “O PPE exige que as empresas não estejam devendo nem um centavo de tributos.

A maioria das empresas, nessa recessão, elas estão devendo, principalmente pequenas e médias empresas”, afirma o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e Região, Josinaldo José de Barros.

Até o dia 1º de outubro, foram homologados em todo o país 111 acordos com redução da jornada e de salário, seguindo regras acertadas entre patrões e empregados. Pelo PPE, foram fechados, até agora, apenas 16 acordos. No programa do governo, o corte na jornada de trabalho pode chegar a até 30%, mas o efeito sobre o salário é menor, porque o governo banca uma parte que o trabalhador perderia.

Para o professor José Pastore, da Faculdade de Economia da USP, o programa do governo é bom, mas seria ainda melhor se fosse mais simples. “Mais simples, menos exigência, mais confiança entre empregado e empregador, e acreditar no trabalho sindicato e empresas fazem para poder optar pelo programa”, avalia Pastore.

O Ministério do Trabalho não se manifestou sobre as críticas ao Programa de Proteção ao Emprego.